

AprendiZ

20 anos de
histórias e
reinvenção





Contribuindo para o desenvolvimento
dos sujeitos e suas comunidades

FICHA TÉCNICA

Realização:

Associação Cidade Escola Aprendiz

Organização:

Natacha Costa

Revisão:

Barbara Batista

Diretor de criação:

Otho Garbers

Projeto Gráfico:

Vinicius Correa

Diagramação:

Glaucia Cavalcante e Michele Gonçalves

Imagens:

Acervo Cidade Escola Aprendiz

Equipe Cidade Escola Aprendiz**Impressão:**

Grupo Pigma Realize

SU
MÁ
RIO

07

APRESENTAÇÃO

.....

09

HISTÓRIA

.....

17

BAIRRO-ESCOLA

.....

19 Aprendiz das emoções

23 A casa e a rua

27 Aprendiz 20 Anos
- gente, interações e
território

31 Escola na Praça,
Escola da Rua e Trilhas
Urbanas: tempo-espço
de aprender juntos

35 Oldnet: desaprender
para aprender

39 Programa Aprendiz
Comgás: uma história de
inovação no trabalho com
juventudes

43 Intervenções Culturais
e o Bairro Escola

47

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

.....

49 Bairro-escola e
Territórios Educativos

53 Bairro-escola Nova
Iguaçu

57 Integração e diálogo
com o território

61 Aprender com o
Aprendiz: um diálogo que
marcou o PME

65 Territórios Educativos
e Educação Integral no
Brasil

69 Rio Vermelho: o bairro
que virou escola e revirou
escolas na Bahia

73 Heliópolis, um Bairro
Educador

77

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

.....

79 Educação integral:
práticas que só
acontecem no plural

83 Sonhar uma Cidade
Educadora

87 Uma escola para as
Infâncias

91 A garantia do direito à
educação para as crianças
e adolescentes fora da
escola

95 O trabalho de defender
a infância

99 A Sociedade Civil
Organizada e a afirmação
de direitos no Brasil

103 Educação Integral
e Cidades Educadoras:
perspectivas para um
Brasil justo

107

DEPOIMENTOS E IMAGENS

.....



APRE
SENTA
ÇÃO

Esta publicação é em si uma celebração. Uma celebração que estes 20 anos de intenso aprendizado mais do que justificam.

Procuramos reunir em relatos a experiência de pessoas que estiveram ou ainda estão conectados ao dia a dia do Aprendiz. Pessoas que construíram cada passo que demos nestes 20 anos. Educadores, meninos, meninas, parceiros, referências inspiradoras, gestores públicos, pesquisadores, colaboradores nas mais diversas frentes e experimentações a que nos lançamos.

A alegria com que o convite a cada um foi recebido, nos mostrou a força de nossa história. A força de uma história construída por muitos, de um aprendizado coletivo ininterrupto, feito de uma efervescência permanente, de uma gana em realizar, em superar os desafios, de uma vontade imensa de fazer mais e melhor.

Costumo dizer que o Aprendiz não nasceu e se desenvolveu a partir de um plano. Evidentemente estruturamos muitos planos ao longo do tempo, de forma a organizar melhor as ideias profundas que uma organização marcada por um certo caos criativo acaba por produzir. Mas tudo que fizemos até aqui nasceu de uma profunda construção de sentido a cada passo. De uma redação com jovens, aos muros no bairro, as pedradas das crianças em nossas janelas, aos projetos nas ruas com elas e com tantos outros aprendizes, aos programas de formação para educadores, aos projetos de apoio a políticas públicas, enfim, tudo foi nascendo disparado pela reflexão acerca do passo anterior e da busca por compreender e superar os desafios que enxergávamos ou que nossos interlocutores nos apontavam.

Aprendemos a aprender com e a partir do bairro-escola. Ele não foi, portanto, um conceito a priori. Ele foi um vislumbre a priori, mas se converteu no nosso modo de ser no mundo: fazemos juntos, olho no olho, com os pés no chão, nos muitos

chãos deste país, ao mesmo tempo que nos fazemos conectados ao mundo, ao que tantas outras pessoas em diferentes cantos do planeta estão procurando desenvolver.

Esse processo orgânico nos garantiu e garante o essencial: sentido. Temos o compromisso de fazer o que não foi feito. Definimos que não existimos para manter padrões. Não apenas porque nossos desafios como sociedade declaram que o que esta sendo feito é insuficiente, mas porque acreditamos que o valor de uma organização social está em visibilizar o que está invisibilizado, costurar alianças generosas e criar novas formas de enfrentamento aos tantos desafios que fazem com que crianças, adolescentes e tantos brasileiros ainda tenham seus direitos fundamentais negados dia após dia.

Está em **construir causas coletivas**. Em **mobilizar** e, sobretudo, em **fazer** para mostrar que é possível.

Porque é possível. É possível transformar o Brasil em um país que honra os direitos humanos. Que honra sua democracia. Que honra suas identidades. Que honra sua história. Que honra sua terra. Que honra sua criatividade. E que coloca para si o projeto de se constituir justo, solidário e responsável com cada um dos seus cidadãos. Sem exceção.

A força de nossa rede nos trouxe até aqui e certamente nos levará além. Enquanto essa inquietação nos mobilizar e o brilho nos olhos nos trouxer todos os dias de volta as nossas lutas, seguiremos.

Ontem, aprendizes. Hoje, aprendizes. E amanhã, aprendizes.

Obrigada a todos e todas por aprenderem ao nosso lado. Há 20 anos.

Natacha Costa

HIS
TÓ
RIA

1997

Projeto experimental de comunicação e educação ("Projeto Aprendiz"), realizado pelo jornalista Gilberto Dimenstein, com alunos do Ensino Médio da cidade de São Paulo, lança a semente da Associação Cidade Escola Aprendiz.

1997

Dessa semente nasce o Portal Aprendiz, um dos pioneiros sites de notícias no Brasil com foco editorial na relação entre educação e território.

1998

A organização ganha sede própria na rua Belmiro Braga, coração da Vila Madalena, bairro na zona oeste de São Paulo, realizando projetos de comunicação para iniciativas do terceiro setor. A respeito do nome escolhido, Gilberto explica: "A redescoberta da rua resume nosso nome".

1999

É lançado o Projeto Oldnet, no qual oficinas de inclusão digital promovem encontros intergeracionais entre idosos e adolescentes voluntários, proporcionando troca de aprendizados em mão dupla e laços de amizade entre os participantes das duas gerações.

1999

Tem início o Projeto 100 muros. Entre 1999 e 2001, mais de 100 muros da cidade foram trabalhados a partir de oficinas comunitárias de arte, envolvendo diretamente cerca de 20 mil pessoas e transformando a relação dos moradores com seus bairros.



2000

O Programa Aprendiz Comgás, com a proposta de apoiar jovens no desenvolvimento e viabilização de iniciativas sociais em suas comunidades, é implantado em parceria com dezenas de escolas públicas e privadas. O programa é desenvolvido até 2013, realizando também adisseminação da metodologia para professores da rede e educadores de organizações sociais.

2004

O UNICEF reconhece o Bairro-escola como modelo em educação a ser replicado mundialmente.

2004

A organização inicia atuação na coordenação pedagógica do programa “O Centro é uma Sala de Aula”, iniciativa da Subprefeitura da Sé - Prefeitura Municipal de São Paulo, e realiza a formação de educadores para o desenvolvimento de trilhas educativas pelo centro da cidade. O programa tem seu registro em livro em 2008.

2006

A Cidade Escola Aprendiz participa da modelagem do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), disseminando a proposta Bairro-escola para escolas de todo o país. Em parceria com o UNICEF, é produzida a publicação “Bairro-escola: Passo a Passo” e o vídeo “O Direito de Aprender”, distribuídos a todos os municípios brasileiros como ferramenta conceitual para integrar as estratégias do Plano de Desenvolvimento da Educação no país.

2007

O projeto **Escola do Bairro** traz a duplicação no número de matrículas na Escola Estadual Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, na Vila Madalena. São articulados mais de 30 parceiros e realizadas intervenções de revitalização do prédio escolar.

2009

No “Wise Awards” deste ano - premiação promovida pela Fundação Qatar para reconhecer iniciativas inovadoras em educação, a Cidade Escola Aprendiz fica entre as 16 experiências finalistas, de um total de 223 propostas submetidas por organizações de mais de 40 países.

2007

Tem início o Projeto Repórter Aprendiz, metodologia educacional para formação de jovens comunicadores nas escolas. As atividades são realizadas até 2011 e a tecnologia social é reconhecida pelo MEC em 2013.

2007

É realizada a formação de educadores comunitários junto à Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba – dentro do Programa Sorocaba Cidade Saudável, Cidade Educadora. A metodologia aplicada é sistematizada e reconhecida pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) em 2008. As formações são realizadas até 2012.

2007

Projeto **Escolas Irmãs** inicia aproximação com as comunidades do Fundão do Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo.

2007

A organização apoia a implantação do programa Bairro-escola Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. O programa torna-se uma estratégia de gestão da cidade, envolvendo todas as secretarias, bairros e escolas, com parceiros nos níveis federal e estadual. A metodologia aplicada pela Cidade Escola Aprendiz é incluída no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil.

2010

Recife adota o Bairro-escola como matriz política de educação integral do município. A Cidade Escola Aprendiz dá apoio técnico aos gestores locais no desenvolvimento do projeto-piloto das comunidades de Coque e Pilar. O projeto se expande para a cidade e continua até 2012.

2010

Lançamento do site VilaMundo, plataforma de jornalismo local, com o objetivo de destacar iniciativas, organizações e pessoas que fazem o bairro da Vila Madalena, em São Paulo, mais educativo, criativo, inteligente e democrático.

2009

Membros da Advanced Leadership Initiative, da Harvard Business School, interessados em conhecer a proposta do Bairro-escola, visitam a sede da Cidade Escola Aprendiz, liderados pela professora Rosabeth Moss Kanter. As impressões geradas pela visita geram citação da organização em documento produzido por Rosabeth Kanter em parceria com Stanley Litow, presidente da IBM International Foundation, considerando o Bairro-escola modelo de tecnologia social para o desenvolvimento local na construção das chamadas "Smarter Cities". O documento, intitulado "Informed and Interconnected: A Manifesto for Smarter Cities", é entregue ao presidente Barack Obama em reunião com líderes a fim de discutir soluções para as cidades americanas.

2010

A proposta Bairro-escola torna-se política pública no Rio de Janeiro com o lançamento do Projeto **Bairro Educador**, realizado pelo CIEDS e pela Secretaria Municipal de Educação, com assessoria pedagógica da Cidade Escola Aprendiz.

2012

A Cidade Escola Aprendiz é convidada para participar do *World International Summit for Education* (WISE), no Qatar, apresentando experiências do Bairro-escola no Brasil. O evento reuniu mais de mil representantes de todo o mundo, entre pesquisadores, políticos, educadores e líderes de organizações sociais.

2014

Inicia-se o projeto Centro de Educação de Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

2013

No mês de agosto, em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, é lançado o Centro de Referências em Educação Integral, voltado à pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conteúdos de apoio à gestão de projetos e políticas públicas de educação integral.

2012

A experiência do Bairro-escola é incluída no primeiro WISE Book, publicação da Fundação Qatar que reúne o trabalho de iniciativas de diferentes países no título "Innovation in Education: Lessons from Pioneers Around World", editado pelo especialista em inovação Charles Leadbeater.

2015

O programa São Paulo Cidade Educadora amplia sua área de atuação e de abrangência, transforma-se em Cidades Educadoras, visando fortalecer a demanda social por Cidades Educadoras no Brasil.

2013

Em outubro, tem início o projeto Aluno Presente, que integra o Programa Educate a Child, da Fundação Education Above All, presente em 32 países. No Brasil, as ações são realizadas na cidade do Rio de Janeiro pela Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

2012

Inicia-se o projeto Trilhas da Cidadania, que contribui na integração de imigrantes e solicitantes de refúgio por meio do ensino da língua portuguesa e de aspectos da cidadania e cultura brasileira.

2017

Participa da 2ª edição da Campanha do Dia De Aprender Brincando em parceria com o Project Dirt, articulando 1100 escolas, em 24 estados brasileiros, e alcançando mais de 164 mil crianças e 2 milhões de pessoas nas redes sociais.

2016

É lançado a Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil projeto que visa a promoção dos direitos da criança e do adolescente e a erradicação do trabalho infantil no país a partir de plataforma de comunicação em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT/CE).

2016

Inicia a parceria com o British Council e o Newton Fund e a London School of Economics and Political Science para a Formação em Políticas Públicas e Intersetorialidade para 50 agentes públicos da cidade do RJ.

2017

A Cidade Escola Aprendiz integra o Comitê Nacional para a Busca Ativa Escolar instituído pelo UNICEF em 1º de junho para ajudar os municípios brasileiros a encontrar e incluir mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes que estão fora da escola no país.

2016

22.131 crianças e adolescentes são inseridos na escola pelo Projeto Aluno Presente no RJ.

2016

2.500 gestores e professores são formados por meio das ações de apoio a implementação e qualificação das políticas de Educação Integral Centro de Referencias de Educação Integral.

2015

A então diretora pedagógica da Cidade Escola Aprendiz, Helena Singer, deixa a organização para tornar-se assessora do Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. O Aprendiz, representado pela diretora Natacha Costa, passa a compor o grupo de trabalho do Programa de Estímulo a Criatividade na Educação Básica do MEC em âmbito nacional e coordena o GT regional de São Paulo.



.....

2017

Início da formação Potenciais Educativos do Território Urbano envolvendo educadores das regiões do Butantã, Jardim Ângela e Heliópolis na cidade de São Paulo pelo programa Cidades Educadoras.

2017

O Centro de Referências em Educação Integral lança a nova versão do Na Prática: plataforma web com ferramentas e conteúdos de referência para auxiliar a implementação de políticas de Educação Integral.

2017

Participou do 7º congresso Identidades, no município da Guarda, Portugal, onde expôs a proposta do Bairro-escola e o projeto Potenciais Educativos do Território Urbano, iniciativas que integram escolas e territórios na perspectiva da construção de cidades educadoras.

2017

O Bairro-escola foi uma das tecnologias sociais certificadas pelo Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2017. O reconhecimento contempla a experiência desenvolvida no Bairro-Escola Rio Vermelho, em Salvador (BA): uma iniciativa do Instituto Inspirare, realizada pela CIPÓ - Comunicação Interativa em parceria com o Aprendiz e o Instituto Chapada - ICEP.

2017

O curso a distancia “O conselho tutelar no combate ao trabalho infantil”, realizado pela Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Escola Superior do MPU, conquistou o 1º lugar do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público 2017, na categoria Comunicação e Relacionamento, entre 1076 projetos inscritos.





1

BAIRRO-
ESCOLA



APRENDIZ DAS EMOÇÕES

O Bairro-escola não nasceu nos livros de pedagogia e urbanismo. Nasceu de uma emoção - a emoção das ruas.

A palavra emoção tem sua raiz em latim o significado de mover - ou seja, a emoção nos move. E não há maior invenção na história da humanidade do que a cidade: é o motor que move as grandes transformações. E por um motivo simples: ela é a incubadora das invenções, uma vez que reúne a diversidade, sem a qual não existe criatividade.

Nas grandes cidades se geram grandes soluções, cidades atraem talentos. Basta ver onde floresce a expressão artística e intelectual. Não conseguimos imaginar cidades como Paris, Londres, Amsterdã, Roma, Barcelona, Nova York, Berlim, sem seus museus, teatros, festivais e universidades. Antes das redes sociais, eram os cafés de Londres e Paris que se prestavam como ponto de compartilhamento da inventividade.

O conceito de bairro-escola está ligado ao movimento das Cidades Educadoras, nos quais se

fundem saber e fazer. Mas o que o impulsionou foi a Nova York do final do século, com sua efervescência mostrando como uma cidade se recupera; foi Barcelona que se refez para se converter em um polo de criatividade; foi Bogotá criando redes monumentais de bibliotecas misturadas à mobilidade urbana; foi a agitação de Berlim; foi a transformação de Tel Aviv numa cidade startup.

Eu vivia e me emocionava nessas ruas - especialmente as de Nova York, onde eu morava e assistia, em câmera lenta, à sua recuperação. Em contraste, via a decadência de minha cidade, São Paulo, engolfada na violência e no caos urbano.

Como eu já trabalhava com educação para a cidadania, incomodavam-me outras ruínas: a ruína da educação, com suas salas de aula desconectadas do cotidiano e conteúdos sem significado. Um sistema obsoleto diante das criações de redes da era da informação e seu tempo real, com acesso a tudo, a qualquer hora e em qualquer lugar, em conexões compartilhadas.

Assim, o Bairro-escola nasce como uma experiência digital: alunos de escolas públicas e privadas compartilhavam espaço numa casinha de tijolos na Vila Madalena. A ideia era simples: aprender as trilhas que levavam ao conhecimento, caminhando virtualmente pelas melhores universidades, bibliotecas e museus do planeta, escrevendo, quebrando as barreiras e fazendo do mundo uma sala de aula.

A experiência digital materializou-se nas ruas reais da Vila Madalena - um bairro formador de opinião, onde as pessoas moram, trabalham e se divertem. Para mostrar essa nova geografia da aprendizagem, pintamos o bairro: com grafiteiros e artistas de mosaicos, enchemos os muros de cores, contrastando com a cidade cinza. Formava-se então a maior galeria a céu aberto do mundo para sinalizar um novo

jeito de ensinar e de aprender. O cemitério, ao lado do Aprendiz, transformou seus muros numa gigantesca obra de arte. Praças foram recuperadas, repletas de azulejos feitos em parceria com diversos agentes do bairro e da cidade. Criamos a Escola da Rua, primeira escola de grafite de que se tem notícia.

Num tempo em que falar em internet no Brasil ainda era muito complexo, os aprendizes desenvolviam experiências para mesclar o cotidiano e a escola com as novas tecnologias, montavam sites e criavam conteúdos.

Havia na organização uma fúria pela vontade de experimentar. Óbvio que vivíamos em estado de caos, com muitos erros e muitas crises. Programas surgiam e desapareciam, deixando ensinamentos.

Mas, enfim, o caos da intuição foi cedendo espaço ao planejamento dos educadores, trazendo o Bairro-escola como uma ferramenta para a educação integral. Não apenas em tempo integral. Mas integral no sentido de inteiro, levando em conta que a verdadeira aprendizagem trabalha com diferentes níveis de habilidade e vai muito além do raciocínio, engloba as emoções, o corpo, as relações: a emoção de aprender, de ser protagonista, de persistir, a possibilidade de se movimentar por diferentes espaços e de se relacionar com o outro, diferente de mim. Ainda não era comum entre educadores a noção de que o real preparo de um estudante exigia estimular o protagonismo e a vontade de aprender sempre. O Bairro-escola nos ensinou a força dessa ideia, na prática.

Olhando no retrovisor, nesses 20 anos, vejo que fui aprendiz do Aprendiz. Um aprendiz das emoções.

.....

Com grafiteiros e artistas
de mosaicos, enchemos
os muros de cores,
contrastando com a cidade
cinza. Formava-se então a
maior galeria a céu aberto
do mundo para sinalizar um
novo jeito de ensinar
e de aprender

.....



GILBERTO DIMENSTEIN

Escritor e jornalista brasileiro, é fundador da Cidade Escola Aprendiz e criador do portal Catraca Livre. Foi comentarista da Rádio CBN e colunista da Folha de S.Paulo por 28 anos. Também na Folha, foi diretor na sucursal de Brasília e correspondente internacional em Nova Iorque.



A CASA E A RUA

"Bandido de 15 anos caçado e morto como bicho de rua."

Esta era a manchete, em letras enormes, do jornal "O Povo", do dia 14 de junho de 1990, dia santificado, comemorativo do "Corpus Christi", há 27 anos, mas poderia ser a manchete de ontem, julho de 2017.

Li essa manchete, dentro de um ônibus, em uma banca de jornais do centro de Belo Horizonte, quando me dirigia ao CRHJP para participar de um seminário sobre "os meninos de rua". Eu seria um dos palestrantes e o tema central da discussão era: "O menino de rua: por que é um problema?" Em minha cabeça misturavam-se a manchete do jornal e as ideias que eram expostas pelos participantes.

Quando foi a minha vez de falar, esqueci o que havia preparado e apresentei as reflexões que se seguem: por que as crianças, sempre vítimas, podem e são tratadas como "problema" por viverem nas ruas? Por que essas crianças de-e-na rua nos incomodam e nos ameaçam tanto? Por que um jovem de 15 anos pode se tornar um "bicho de rua", como afirma esse jornal?

A rua e a casa são duas faces de uma mesma moeda. Completam-se, mas se negam; interagem, mas se repelem; se misturam, mas se detestam.

A casa, ou o lar (como também é conhecida) é o lugar da vida, do sossego, da harmonia, da paz, enquanto a rua é o lugar da luta, da batalha, da peleja, do trabalho. Ninguém diz "vamos à luta", ao dirigir-se para casa, mas quando sai às ruas.

A casa é onde vive o conhecido, é o lugar onde até os animais têm nome. A rua é o mundo do desconhecido, do "cada um por si", do estranho. Ali não tem animais, só bichos e, em geral, "vira-latas".

A casa representa o que há de positivo na sociedade, enquanto a rua é o lado negativo. É por isso que a "mulher de casa" é sempre "dona de casa"; a "mulher da rua", por sua vez, é o outro nome que se dá a "prostituta" ou a "mendiga".

Em casa só existe "criança", na rua é que tem "menor", essa generalização preconceituosa e discriminatória que, não satisfeita com seu significado excludente, gerou outras designações piores: "trombadinha", "pivete", "marginalzinho"... "bicho de rua".

Assim, esses dois espaços físicos, sociais e simbólicos - a casa e a rua - justapostos, complementares, coerentes e com papéis sociais bem definidos, ante nossos conceitos e preconceitos, de repente, se desestruturam diante de algo ameaçador: "o(a) menino(a) de rua". Por quê?

O menino de rua destrói, apenas com sua presença física, a nossa lógica e nossa racionalidade, fundamentadas nessa dicotomia "casa-rua". De repente, uma criança, resultante de uma sociedade opressora, injusta e excludente, torna-se um símbolo ameaçador e joga por terra "verdades" incontestáveis. Por quê?

Porque o menino e a menina de rua fazem e vivem na rua o que a nossa lógica insiste em fazer e só admite viver em casa. Por quê?

Porque na rua essa criança: come sem pagar pela comida, brinca onde não foi feito para brincar, joga num lugar que foi construído para caminhar e trabalhar, dorme sem ter cama; toma banho sem ter chuveiro, mora sem ter casa, anda pendurado em ônibus, em vez de sentado, corre entre os carros e não dentro deles e, por fim, vive onde não se deve (ou pode) viver (como pensa e determina nossa cultura).

Por isso essa criança é uma ameaça. Ela mostra o quanto está na rua a nossa sociedade. Ela expõe as contradições da nossa sociedade moderna, ocidental, branca, capitalista, cristã, pseudosolidária, individualista e excludente.

.....

Eu não quero tirar os meninos da rua. Quero mudar a rua, porque lugar de criança é em casa, na escola, na praça, no shopping, na praia, na rua, na igreja, no estádio

.....

O remédio tem sido, além da solução extrema do extermínio, tirar as crianças da rua para não nos incomodar com sua presença, ou para não prejudicar a estética social-e-urbana de nossas cidades com sua presença indesejável, seu cheiro amargo e, principalmente, com sua teimosia em fazer das ruas, casa.

Sacar os meninos da rua não basta nem resolve nada, pois esta não é a solução para essas crianças, pois esta tem sido a “política pública” feita ao longo da história, não pensando nelas – as crianças –, mas para livrar a cara da sociedade e do Estado da falência do seu modelo de justiça social e política.

Enquanto não formos capazes de mergulhar fundo nas nossas contradições, como única condição para enfrentá-las e revertê-las; enquanto não transformarmos essa “cultura de rua” e não exorcizarmos essa visão preconceituosa e até nazifascista sobre os “meninos de rua”, não estaremos nem arranhando a superfície deste problema, por melhor que sejam nossas intenções e ações.

Eu não quero tirar os meninos da rua. Quero mudar a rua, porque lugar de criança é em casa, na escola, na praça, no shopping, na praia, na rua, na igreja, no estádio etc. Ou ela é cidadã inteira ou é meio-cidadã. Ou é cidadã de direitos ou não é cidadã!

Por isso, há 35 anos, criamos a “escola debaixo do pé-de-manga”, primeiro para provar que Educação pode e deve acontecer o tempo todo, em qualquer lugar, inclusive nas ruas e debaixo das árvores.

Se é na rua que praticamos nossa cidadania, nas passeatas, greves, manifestações político-sociais. Se é nas ruas que manifestamos nossas alegrias, ou com a vitória de nossa seleção de futebol, ou nos desfiles de nossa escola de samba. Se é nas ruas que renovamos nossa fé e religiosidade, nas procissões. Se é nas ruas que gritamos e agitamos bandeiras por justiça, democracia, direitos humanos nas passeatas e concentrações. Se é nas ruas que a vida acontece, por que queremos tirar delas as nossas crianças? Por quê?

Se a rua pode ser um grande espaço de cidadania, de convívio, de cultura, de solidariedade, de alegria, de formação humana, porque tirar os meninos delas e trancafiá-los em escolas ou instituições que mais parecem quartéis, cadeias, fábricas ou hospícios? Por quê?

Nossa miopia cultural ou nosso medo de realizar o não-feito ainda, estes sim, são os verdadeiros problemas. Por isso, que falem, que vivam e que sejam as crianças, todas, sem distinção alguma, cidadãos e sujeitos de direitos da rua, da casa, da escola, das praças, das cidades... do mundo, sem fronteiras!



TIÃO ROCHA

É antropólogo (por formação acadêmica), educador (por opção política), folclorista (por necessidade), mineiros (por sorte), atleticano (por sina). Idealizador e Presidente do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD, criado em 1994, em Belo Horizonte, Minas Gerais.



APRENDIZ 20 ANOS

GENTE, INTERAÇÕES E TERRITÓRIO

A mente trai bastante, portanto não vou escrever um relato muito objetivo. São memórias alteradas pelo tempo e pelas emoções. Mas, não gosto de ficar apenas nas memórias. Acho que elas só têm sentido quando nos ajudam a decifrar o presente e a nos lançar em direção ao futuro.

O PROJETO QUE VIROU CIDADE

Gosto de mapas, gráficos e infográficos. O primeiro relembrar é quando Fernando Rossetti, andando apressadamente comigo pela Belmiro Braga, me mostrava alguns rabiscos feitos por uma caneta tinteiro num guardanapo. Ele contava como o Projeto Aprendiz estava virando a Cidade Escola Aprendiz.

A visão inicial do “caldo de cultura” - a exposição dos jovens a novas possibilidades de aprendizagem que iria criar os autores de uma nova época - passa a ser mais sistêmica. O que sonhei naquela conversa com o Fernando e com o guardanapo foram circuitos na cidade onde as crianças e jovens percorriam e aprendiam através dos vários olhares que na cidade: cinemas, praças, manifestações de rua, museus,

centros de cultura, enfim, ofereciam uma quase infinitude de realizações e relações tão próprias de um espaço urbano como São Paulo.

A ideia do Aprendiz cresceu neste momento e era mais complexa, mais ousada, exigia mais de nós. Vivíamos um momento de muita efervescência, discussões, ideias e paixões. Pena, não guardei o guardanapo.

A CIDADE GANHOU BAIRROS

O muitos brainstormings liderados por Yael Sandberg - agora com folhas de papel craft espalhados pelo chão - os primeiros mapas e percursos, ou melhor, as veias da Cidade Aprendiz ganhavam forma. A pergunta era simples: como alinhar os programas num percurso harmônico pelo bairro? Nesta etapa o Aprendiz ganhou musculatura. Os projetos começaram a formar um conjunto que buscava coerência - o Bairro Escola. Neste conceito procuramos articular trilhas para crianças e para jovens. O mote era: “mais tempo de aprendizagem para crianças e jovens sem necessariamente mais tempo de aulas formais”. Ocupamos praças, postos de saúde, conectamos escolas particulares com públicas. Fizemos da Vila Madalena uma espécie de “showroom” da ideia de Bairro Escola. Visitas foram muitas: gente daqui e gente de fora.

A luta constante da Yael neste período era dar consistência às ações, já Gilberto, por sua vez, era o motor do movimento - sempre acelerando e criando cenários de novos desafios. Então, durante uma viagem da Yael, numa conversa muito informal com o Gilberto, veio um “e se...”. E se a gente escalasse o Aprendiz através de um Centro de Formação que contasse para educadores as experiências que estávamos vivendo? Este caminho se consolidou e aos poucos foi dando os contornos de uma nova etapa do Aprendiz.

Ocupamos praças, postos de saúde, conectamos escolas particulares com públicas. Fizemos da Vila Madalena uma espécie de "showroom" da ideia de Bairro Escola.

Com as formações e a atuação em diversos municípios o Aprendiz passou a ser um dos participantes na formulação de políticas públicas de educação integral, como o programa Mais Educação. Coube à Natácha coordenar a sistematização e dar um referencial mais sólido a todas as experiências do Aprendiz e também mapear as boas práticas de educação integral tanto no Brasil quanto no exterior através do Centro de Referências em Educação Integral.

DE VOLTA À CIDADE

Acredito que o pêndulo das ações levaram o Aprendiz a um papel mais reflexivo do que executivo - sinto falta de ver as crianças correndo na praça - e tenho alguns palpites sobre a natureza cíclica do que pode se desdobrar "nos próximos 20 anos".

A primeira coisa que ficou clara para mim é que o Bairro Escola volta a ser Cidade Escola. Principalmente pelo avanço das tecnologias digitais e de questões como a mobilidade urbana, que reforçam mais o papel da cidade como *locus* da busca pela plenitude cidadã e, por consequência, da aprendizagem. As ações de educação integral certamente estão ligadas ao território, mas para além dela, estas ações formam uma rede orgânica na cidade que ajuda a criar sua própria identidade.

A segunda foi a revitalização do conceito de cidade educadora que passou a ser um vetor de trabalho do Aprendiz. Gosto de ver o conceito de cidade educadora ligado a Barcelona - onde inicialmente surgiu e está intimamente ligada ao crescimento do turismo na cidade. Não o turismo tradicional, mas um modo diferente de ver e fruir a cidade - uma experiência de aprendizagem - não apenas para quem é de fora, mas para todos os seus habitantes. A hospitalidade, a autoconsciência local, a gentileza. Me parece que isto pode dar uma nova dimensão à Cidade Escola, ligada à dinâmica das relações interpessoais, mais em sintonia com a raiz da cidade educadora. Um espaço para sonhar e realizar.

Por fim, nestes anos de Aprendiz só tenho a agradecer a todas e todos que caminharam juntos. Muito obrigado!



MICHEL METZGER

Presta assessoria à empresas e instituições de ensino na transformação digital e inovação. Depois de mais de 20 anos em projetos de tecnologia na rede educacional pública e particular se tornou um expert em encontrar caminhos mais humanos para integrar novas tecnologias no cotidiano do trabalho e aprendizagem.



ESCOLA NA PRAÇA, ESCOLA DA RUA
E TRILHAS URBANAS:

TEMPO- ESPAÇO DE APRENDER JUNTOS

Sem pretensão, fomos surpreendidos pelo desejo de participação das crianças da Vila Madalena, que se aproximaram curiosas, risonhas, desafiadoras, enquanto os educadores, artistas e designers refletiam e atuavam pelos muros e calçadas do bairro.

Acreditando que as diferenças somam, e que cada um tem muito a contribuir, crianças e jovens foram escutados em seus dilemas e interesses, e, por vezes, falta de interesse. Porque quando não se conhece as oportunidades, não é possível fazer escolhas. Fica mais difícil saber do que se gosta e do que não se gosta. Fica mais difícil pensar no hoje e desejar um amanhã. E para haver desenvolvimento, é preciso haver envolvimento.

A Escola na Praça e, mais tarde, a Escola da Rua e o Trilhas Urbanas - espaços de escuta, participação e convivência com crianças e jovens, respectivamente, foram criadas a muitas mãos. Por ali, passaram edu-

cadores, familiares, artistas, vizinhos, frequentadores da Praça Aprendiz das Letras, representantes da comunidade local - escolas, posto de saúde, comércio - e, principalmente, crianças e jovens do entorno.

Com as crianças, os desafios foram inúmeros. A aproximação delas se deu de forma bastante espontânea: começaram o diálogo atirando pedras em nossa porta de vidro na primavera do ano 2000. Foi assim que nasceu a Escola na Praça. Nasceu do sentimento de desconforto diante tal situação. O que queriam com aquela atitude? O que queríamos nós, os educadores?

Apoiados por experiências e metodologias, orientados pela educação integral e, especialmente, pelo ensino e aprendizagem da arte, ousamos reinventar a roda.

Com os jovens, focamos em criar espírito de grupo, ganhar confiança, conectar as famílias, as escolas, aproximar as diferenças e conversar sobre sentimentos. Todo começo de ano, tínhamos dúvida sobre se conseguiríamos ou não ganhar a participação deles, conversar sobre suas realidades, seus sonhos e ajudá-los a desenhar caminhos para realizações pessoais. Nenhum tema era tabu, e o planejamento era flexível à realidade do grupo, aos acontecimentos diários. Todo final de ano, a satisfação em ver grupos unidos, jovens conversando olhos nos olhos uns com os outros e também com os educadores, seus familiares e professores, invadia o peito.

Atividades de comunicação, artes visuais, artes do corpo, circo, música, culinária, esporte e outras eram rotineiras. Os educadores, próximos dos aprendizes e de seus familiares.

Os estímulos apresentados eram diversos. As crianças e jovens construíam perspectivas, olhavam para dentro e para fora. A paixão dos envolvidos era

evidente, traduzida nos esforços, nos sorrisos, na criatividade, nas pesquisas, nas festas coletivas.

As oficinas mudavam ano a ano, respeitando-se as características de cada grupo. O convite era à convivência, à descoberta.

.....

"As cidades precisam do olhar coletivo. As pessoas precisam compreender que só conseguem ser, quando estão juntas"

.....

Sentimos um orgulho imenso em fazer parte da vida de cada um que contribuiu com essa história. Um prazer enorme encontrar pela vida, anos depois, jovens – já adultos – felizes em seus caminhos e suas escolhas. E experimentar ainda o carinho da troca.

Em nosso processo de construção, o medo do desconhecido, da violência, do futuro incerto deu lugar à descoberta, ao cuidado coletivo. Não sem obstáculos ou frustrações, mas com força e crença de que as relações são o que há de mais poderoso na educação.

A educação que se fez na Escola na Praça, na Escola da Rua e no Trilhas Urbanas, possibilitou aos envolvidos desenvolver um caminho permeado pela ética e pela estética, com o intuito de formar seres humanos comprometidos não só com a própria felicidade, mas com o bem estar coletivo.

As cidades precisam do olhar coletivo. As pessoas precisam compreender que só conseguem ser, quando estão juntas. E estes núcleos traziam esses

olhares às crianças, aos jovens, a seus familiares e suas escolas. Foram anos de desafios, sonhos e conquistas, sempre, sempre em parceria.

Parcerias essas que se constroem na superação dos obstáculos, que nos ajudam a conhecer nossas forças e inseguranças, como também nos permitem descobrir oportunidades tão essenciais para uma vida saudável, generosa e feliz.

"Olhando de longe os tempos de Escola na Praça, vejo uma faísca se movendo numa espiral ascendente. Era um desejo aceso e pulsante de aprender, ensinar e criar, aprender, ensinar e criar, num jogo intenso, imenso, que transformava todos a cada passo."

(Curumim, educador)

"Por esses dias estive pensando na Escola na Praça e na minha experiência lá. Minha memória é de muito afeto. Sempre que me lembro desse tempo vem um colorido na imagem que se forma em minha cabeça, lembro da luz do Sol entrando pela porta da frente do galpão no fim da tarde, como era bonito aquele tom dourado! Lembro dos pés coloridos que pintavam os azulejos e mudavam de cor carregando sempre um certo mistério e lembro principalmente dos encontros com as crianças, tão queridas para mim. Os encontros eram muitos, diferentes idades, crianças, adolescentes, jovens como eu na época e os coordenadores, que para mim foram muito significantes e que carrego comigo, como se o tempo não tivesse passado, embora já tenham ido quase 20 anos... Lá eu aprendi a construir junto, aprendi que no trabalho colaborativo todas as vozes são vozes possíveis de se ouvir... Às vezes me encontro com a Marina menina que tinha tanta alegria em estar ali, tenho saudade!"

(Marina Pecci Gimenez, educadora)



FERNANDA SAGUAS PRESAS

Artista plástica e arte educadora, é graduada com licenciatura plena pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP (1995). Na Cidade Escola Aprendiz, integrou a equipe de elaboração do Projeto 100 Muros, implantou e coordenou a Escola na Praça, projeto socioeducativo que atendia crianças e adolescentes em parceria com as escolas públicas, à luz do conceito de Bairro-escola. Entre 2002 e 2003, atuou como consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, na área de artes visuais para a implantação das Fábricas de Cultura.

LIA ROITBURD

Formada em Pedagogia e Psicodrama pela PUC-SP. Atuou por oito anos no campo da educação não formal com crianças e adolescentes na Associação Brasileira "A Hebraica" de SP. Coordenou projeto de educomunicação com adultos no Laramara, e produziu material de apoio a professores de escolas públicas em SP e no Rio com foco em educação, teatro e leitura. Por 11 anos, fez parte da Associação Cidade Escola Aprendiz, onde coordenou o núcleo Escola da Rua. Foi sócia e diretora geral do Catraca Livre entre 2010 e 2017. Atualmente é consultora em projetos de educação e conselheira do Aprendiz.



OLDNET: DESAPRENDER PARA APRENDER

Eles vêm de vários pontos da cidade, de ônibus, metrô, a pé, de carro. Ensinam informática, ensinam a desvendar o mundo novo, a navegar em meio às ondas excitantes da web. Não têm uma carta de navegação completa, mas seguram firme o leme. E não se preocupam muito quando não entendem algo, navegam bem, com simplicidade e uma tranquila displicência.

Enquanto exploram assuntos para as novas aulas, nem percebem que estão lidando com questões como planejamento, gestão de tempo, priorização. Aulas preparadas, os alunos chegam e o ambiente se enche. De gente, de falatório, abraços, parece tudo menos uma sala de aula.

Em uma coreografia naturalmente não ensaiada, os pares começam a se sentar em frente às máquinas. Orientações iniciais dos mestres, ouvidos atentos dos aprendizes, olhos percorrendo o horizonte, coragem. Tentativas e erros, acertos, olhares, embarços. Tudo servindo para compor a relação que eles estabelecem, fazendo com que se desenvolvam, enfrentem os desafios, garantam conquistas.

Aula terminada, hora do lanche, conversas soltas. Despedidas com olhares de agradecimento. Os

professores voltam a se reunir, conversar sobre o que deu certo, o que poderia ser melhorado, o que não fazer nunca mais. Registros das atividades do dia.

Os professores vêm de escolas públicas e particulares, são voluntários, têm entre 15 e 18 anos. Os alunos, no mínimo, 60. São todos participantes do Programa Oldnet, onde os mais jovens ensinam os mais velhos a usar computador, internet e aplicativos de smartphones enquanto estes, com suas experiências de vida, contribuem para a formação dos adolescentes.

Em 1999, a metodologia do programa foi desenvolvida por educadoras da Cidade Escola Aprendiz: Haná Waisman, Maria Alice Bombonatti e Yael Sandberg. Com a responsabilidade de dar origem a um trabalho consistente frente aos desafios de tão nova proposta, cada detalhe foi observado pela equipe: aulas na medida para o idoso, preparadas pelos próprios jovens que vão se aprimorando na expressão oral e escrita; rodas de discussão sobre as atividades que desenvolvem as capacidades de síntese e análise; pausa para o lanche com todos os envolvidos propiciando vínculos; registros das atividades que aprimoram a interpretação de texto.

Centros públicos de inclusão digital, centros de convivência, salas de informática de escolas, universidades e residenciais para idosos, tantos lugares podem se tornar espaços de aprendizagem, inteligentes, ricos e humanizados.

O Oldnet já chegou a centenas de jovens e idosos e pode beneficiar um número bem maior dos aproximados 26 milhões de idosos e 50 milhões de jovens entre 15 e 20 anos no Brasil. Nas aulas, dissolvem-se estereótipos, jovens e idosos ressignificam seus papéis. Ao ensinar, o jovem aprende. Enquanto aprende, o mais velho ensina. O ambiente estimula escuta ativa e diálogos amigáveis e contempla a pluralidade cultural.

Há um norte específico nessa rota: a comunidade. O Oldnet contribuiu para a consolidação do conceito de Bairro-escola, preceito da Cidade Escola Aprendiz. As ações partem da esfera individual, para contribuir na esfera social.

No Brasil, são muitas as vulnerabilidades vividas por ambos os públicos e, certamente, o Oldnet dialoga com várias. Há indicadores que apontam urgência no desenvolvimento e implantação de novas políticas públicas para necessárias ações de enfrentamento.

Recentemente consultei um estudo longitudinal do IBGE, realizado de 2005 a 2015, que confirma a tendência de envelhecimento populacional. O relatório “A Síntese de Indicadores Sociais” mostra que a proporção de idosos de 60 anos ou mais passou de 9,8% para 14,3% enquanto o grupo de jovens de 15 a 29 anos de idade foi de 27,4% para 23,6%, no mesmo período.

Nas aulas, dissolvem-se estereótipos, jovens e idosos ressignificam seus papéis. Ao ensinar, o jovem aprende. Enquanto aprende, o mais velho ensina. O ambiente estimula escuta ativa e diálogos amigáveis e contempla a pluralidade cultural.

Entre diversos indicadores, me chamou atenção a queda dos níveis de ocupação tanto dos idosos quanto dos jovens de 15 a 17 anos. O tempo livre para os mais velhos vai além da perda de trabalho, significa também menos socialização e acesso a estruturas urbanas que desempenham papel importante em sua saúde física e mental. Para os mais jovens, este dado, por um lado, é excelente porque demonstra que direitos do adolescente estão sendo garantidos, como prevê o ECA. Por outro, traz atenção sobre o que fazem os jovens em seu tempo livre. O estudo não relaciona, mas não pude deixar de pensar se este indicador não tem a ver com outro, o de violência: foram contabilizados 21,1 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil habitantes no período, mas quando se faz o recorte por idade, para jovens, a taxa sobe para 49,6. Claro que esta equação não é composta apenas por esses fatores, a complexidade da conta é muito maior, no entanto, ações afirmativas podem e devem contribuir em várias camadas. Neste ponto, ressalto a importância de projetos exequíveis, viáveis, escaláveis e avaliados com bons resultados serem mais bem aproveitados. Há muitos deles desenvolvidos no país, especialmente pelo terceiro setor, de extrema qualidade, alinhados a movimentos internacionais de proteção aos públicos vulneráveis.

Programas como o Oldnet preenchem esta lacuna. Reconhecido pela Unesco como um modelo a ser multiplicado, cada laboratório produz encontros intergeracionais que transformam os participantes. São sofisticados ambientes de aprendizagem que, em sua simplicidade de atuação, desenvolve pessoas, melhora suas vidas e as dos que estão ao seu redor. São portos seguros onde as pessoas podem refazer mapas e desaprender o necessário, para que caibam novos tesouros em suas bagagens.

<http://www.oldnet.com.br>



CLÁUDIA DONEGÁ

Psicóloga, casada, mãe, educadora e gestora em projetos sociais e educacionais, com atuação em educação e políticas públicas, especialmente no terceiro setor em organizações tais como Cidade Escola Aprendiz e Senac. Atualmente trabalha na AEF-Brasil em programas voltados para a disseminação do tema Educação Financeira, em âmbito nacional.



PROGRAMA APRENDIZ COMGÁS: UMA HISTÓRIA DE INOVAÇÃO NO TRABALHO COM JUVENTUDES

Era o ano de 2000, as primeiras discussões sobre protagonismo juvenil e uma nova concepção de juventude enraizada no sujeito de direitos estavam emergindo no terceiro setor. É nesse contexto que a empresa Comgás – Companhia de Gás de São Paulo, recém privatizada, e a Associação Cidade Escola Aprendiz, como parceira pedagógica e técnica, criaram o Programa Aprendiz Comgás - PAC.

Essa história teve sua base estruturada no desejo de contribuir para o desenvolvimento dos jovens no exercício da cidadania, da participação social e da intervenção comunitária.

Elaboramos a tecnologia social Aprendiz Comgás para influenciar políticas públicas de juventude. A tecnologia concebida, desenvolvida e aplicada incluía atividades e ações que articulavam saberes de jovens, educadores, comunidades, gestores de organizações e escolas.

Jovens de 14 a 18 anos, estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas, eram provo-

cados a refletir acerca do seu papel ativo de transformação da sua própria história e também de sua comunidade. Para isso, quatro perguntas validavam a entrada dos grupos de jovens no PAC: quem sou eu, de onde venho? O que queremos fazer? Por que queremos fazer? Como vamos fazer?

Os jovens chegavam ao PAC provocados por estas questões e, por meio das atividades e experimentações propostas, elaboravam e executavam um projeto social. Muitos projetos foram elaborados, inúmeras parcerias foram articuladas por eles e centenas de pessoas entraram em contato com as ações do programa.

O percurso formativo juvenil acontece junto com a construção de sua identidade. Neste processo é importante compreender e valorizar sua identidade, e para isso alguns condicionantes como família, relações sociais, culturais e históricas, reconhecimento de si no coletivo e na diversidade e, principalmente, a convivência em grupo.

Em 13 anos de atuação, o Programa Aprendiz Comgás firmou várias parcerias e inspirou inúmeras iniciativas de trabalho com juventude. Com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e o Centro Paula Souza, criou projetos de formação para professores da rede pública de inúmeras cidades do Estado, a partir de propostas elaborados pelos jovens. Professores tornaram-se facilitadores dos processos de diálogo entre o jovem, a comunidade escolar e seu entorno, estimulando sua autonomia e engajamento social.

Foram 18 edições do PAC na cidade de São Paulo, e durante os 13 anos de atuação inspirou inúmeras iniciativas de trabalho com juventude. Dezenas de jovens que passaram pelo PAC, empreenderam projetos que impactam positivamente suas co-

munidades. Hoje encabeçam negócios sociais, são produtores culturais e artísticos e muitos se enveredaram para o campo da educação, inspirados na experiência vivida no programa.

Um destaque importante neste cenário foram as seis edições do Prêmio Aprendiz Comgás, uma das primeiras iniciativas do gênero a oferecer apoio financeiro e técnico para grupos de jovens implementarem seus projetos sociais.. Um comitê formado por representantes da Cidade Escola Aprendiz, Comgás e jovens escolhiam os projetos com maior potencial de transformar positivamente a vida nas comunidades.

Hoje pode parecer comum. Mas, há 20 anos atrás, unir jovens ao empreendedorismo social e vê-los transformar a realidade em suas comunidades era algo que surgia com um caráter muito inovador. Igualmente inovadora era a metodologia baseada em relações de cooperação e compartilhamento, que hoje está sistematizada, é praticada de forma ampla e atende às novas demandas de grupos e coletivos que se formaram ao longo dos anos. Atualmente, muitos projetos têm origem nas premissas do PAC, desde a formação e diversidade de equipes de trabalho até as metodologias de articulação nos territórios.

Nas últimas duas décadas, a velocidade dos avanços das tecnologias da informação e comunicação transformaram as formas de participação, de organização, de gestão e de relacionamento social. Estas transformações, aliadas à complexidade do crescimento e das mudanças sociais, rompem com velhos paradigmas e nos obrigam a refletir e trilhar caminhos diferentes.

Olhar para trás e perceber o quanto PAC era vanguarda nos enche de emoção e esperança em busca de um novo mundo possível.

Foram 18 edições do PAC na cidade de São Paulo, e durante os 13 anos de atuação inspirou inúmeras iniciativas de trabalho com juventude. Dezenas de jovens que passaram pelo PAC, empreenderam projetos que impactam positivamente suas comunidades. Hoje encabeçam negócios sociais, são produtores culturais e artísticos e muitos se enveredaram para o campo da educação, inspirados na experiência vivida no programa.



JUDITH TERREIRO

Pedagoga com especialização em Administração Escolar e Pós-Graduação MBA em Gestão do Terceiro Setor. De 2000 a 2009, coordenou projetos na Associação Cidade Escola Aprendiz, entre eles o Programa Aprendiz Comgás, onde atuou por seis anos. Atualmente, é coordenadora de Projetos no Centro Paula Souza, responsável pelo eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social do Grupo de Formulação e Análises Curriculares.

IVY MOREIRA

Mestre em Biologia, atua na área social há 19 anos. Tem experiência em gestão de projetos e programas sociais nos campos da juventude, educação e articulação social e comunitária. Atuou nas organizações Projeto Arrastão, Cidade Escola Aprendiz (Programa Aprendiz Comgás) e Cenpec (Programa Jovens Urbanos). Realizou consultorias para o Sesc São Paulo, Instituto Verde Escola, Tomara Educação e Cultura, Hospital Emílio Ribas. Atualmente, integra a equipe de formadores do Instituto Ayrton Senna e realiza consultorias.



INTERVENÇÕES CULTURAIS E O BAIRRO ESCOLA

*Peça a peça, vou montando meu mosaico.
Onde o novo se mistura ao arcaico.
Numa busca pelo que faça sentido.
Pelos tolos...
Pelos loucos sonhadores...
Por poetas...
Por Profetas...
Por visionários.
(Trecho: Mosaico – Hermes Fernandes)*

Final da década de 90 surgia a Cidade Escola Aprendiz como um laboratório de aprendizagem.

Essa definição nos permitia a liberdade necessária para experimentar.

Era um misto de provocações e encantamento. Um mosaico de gente, de fazeres e de saberes: artistas, arquitetos, jornalistas, moradores, músicos, pessoas que trabalhavam no bairro, estudantes e crianças, discutindo temáticas de interesse comum e intervindo na comunidade.

As intervenções levavam em consideração a identidade, os desafios e os potenciais do território. De um lado, uma Vila Madalena de músicos, ateliês, artistas

plásticos e escolas públicas que recebiam crianças e jovens de diferentes lugares, do outro, uma comunidade que pouco dialogava com suas escolas e possuía diversos espaços abandonados. entre essas duas realidades, percebíamos um muro que precisava ser derrubado entre essas duas realidades.

Neste cenário, o Aprendiz iniciou as intervenções com mosaicos, produzidos em oficinas abertas e que transformaram 100 MUROS em painéis produzidos coletivamente. No depoimento, Barbara Trugillo ilustra:

“Eu tinha 12 anos, morava e estudava em uma escola pública do bairro – Fernão Dias Paes e acompanhava muros coloridos surgindo nos caminhos, um deles, do lado da minha casa. Um dia, divulgaram uma oficina de artes no contra turno, me inscrevi. A proposta era a de revitalizarmos um muro da escola e o tema sugerido era uma homenagem a Fernão Dias, durante a pesquisa que precedia a intervenção, descobrimos que Fernão Dias era um Bandeirante e um dos responsáveis pela morte de muitos índios. Decidimos que o tema do muro seria cultura indígena. Foram 6 meses de pesquisa para somente daí, colocarmos as mãos na tinta. O mural fez sentido”

Estas mudanças no território da Vila Madalena trouxeram uma enorme visibilidade para as ações da Cidade Escola Aprendiz e em pouco tempo, tínhamos uma lista de interessados nas atividades, além de escolas e pessoas cedendo seus muros para aplicação dos painéis.

Novos projetos aconteceram simultaneamente, tornando o local um palco para as mais diversas ações culturais que reinventavam o sentido dos espaços, fossem eles degradados, espaços de passagem das crianças e jovens ou que tivessem algum significado social/histórico para a comunidade.

Era um misto de provocações e encantamento. Um mosaico de gente, de fazeres e de saberes: artistas, arquitetos, jornalistas, moradores, músicos, pessoas que trabalhavam no bairro, estudantes e crianças discutindo temáticas de interesse comum e intervindo na comunidade.

Era um encontro de cores, formas e conteúdos: o muro do cemitério São Paulo serviu como suporte para painéis, resultantes de discussões entre artistas plásticos, pichadores e grafiteiros. O Beco da Rua Belmiro Braga, antes abandonado, foi transformado em uma galeria de grafites a céu aberto. A Praça Aprendiz das Letras foi revitalizada e passou a ser ocupada por atividades culturais e educativas das mais diversas. Diferentes linguagens foram sendo incorporadas às intervenções e para além dos murais, foram realizadas mostras multiartes.

Em 2007, uma intervenção associada ao trabalho de formação com os professores, colaborou para evitar o fechamento de uma escola pública. A revitalização do antigo auditório da escola, que naquele momento funcionava como arquivo morto da Secretaria de Educação, resultou na criação de um centro de difusão de cultura dentro de uma escola pública, o Teatro da Vila, que durante seis anos possibilitou a realização de eventos culturais

e oficinas. Sobre o tempo da intervenção, Danilo Fraga destaca:

“A intervenção serviu ao que veio: colaborar para evitar o fechamento da escola e propiciar aos participantes a ampliação de oportunidades, fossem o público – ampliação de repertório nas oficinas e apresentações – ou aos artistas, que tinham no espaço possibilidade de troca e liberdade de criação que muitas vezes não era possível nos circuitos comerciais. A diversidade na programação era garantida por um comitê gestor, formado por coletivos de artistas da cidade e representantes da escola. Uma oportunidade para professores, alunos e comunidade terem contato com inovação, educação e cultura. Uma escola na zona sul, a EE Honório Monteiro, inspirada no Teatro da Vila, revitalizou um espaço da escola para transformá-lo em espaço cultural”

As intervenções ultrapassaram as fronteiras da Vila Madalena e possibilitaram pensar a cultura e educação de maneira múltipla, com um papel fundamental para o desenvolvimento integral dos sujeitos e para potencializar a relação das escolas com as comunidades.

Com o papel de promover novos espaços educativos a partir dos potenciais de cada região, respeitando suas características e culturas, foram realizadas ações em lugares como o Jardim Ângela, bairro no extremo da zona sul de São Paulo, Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

À medida em que as intervenções aconteciam, a articulação com diferentes agentes, espaços, serviços e equipamentos públicos e privados propiciavam condições para que os participantes - em especial as crianças e jovens - pudessem aprender em diferentes tempos e espaços, exercitando o processo criativo, ampliando seu repertório cultural e sua autonomia, o cuidado com o outro e com o espaço. Nesta perspectiva, as ações nos espaços e as intervenções culturais, foram importantes mobilizadoras para o desenvolvimento do Bairro-escola, que no ano de 2004, foi reconhecido pelo UNICEF como modelo possível de ser replicado mundialmente.



BARBARA TRUGILLO

Chegou à Cidade Escola Aprendiz como aluna, aos 12 anos. Em 2006, tornou-se assistente de oficinas e, de 2007 até 2013, foi produtora executiva e articuladora cultural em projetos de intervenção e implementação do Bairro-escola em diferentes territórios. Hoje é presidente do Instituto CoCidade e coordenadora do Desenvolvimento do Instituto Criar.

DANILO FASSARELLA FRAGA

Em 1999, foi voluntário da Cidade Escola Aprendiz em oficinas comunitárias do projeto 100 muros. Retornou à organização como produtor executivo da Galeria a Céu Aberto e Mostra Vila Mundo (2004 a 2013). Foi produtor técnico e membro do comitê gestor do Teatro da Vila. Produziu o Prêmio Grão de Música (Salvador) e ações na Virada Sustentável de São Paulo. Hoje, participa de intervenções culturais em São Paulo, junto a diferentes coletivos culturais.

SOLANGE COSTA RIBEIRO

Durante os últimos 20 anos, atuou em diferentes frentes da Cidade Escola Aprendiz. Foi produtora dos projetos Clube do Saber, 100 muros, de mostras culturais e eventos institucionais. Apoiou a aplicação de projetos em diferentes leis de incentivo à cultura e captação de recursos. Hoje atua como gestora da frente de captação de recursos e gestão de parcerias da organização.



2

TERRITÓRIOS
EDUCATIVOS
E EDUCAÇÃO
INTEGRAL



BAIRRO- ESCOLA E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Conheci o Projeto Aprendiz em 1999, quando fazia um levantamento sobre as iniciativas em educação mais inovadoras no país. O projeto tinha apenas dois anos, mas seu caráter inovador já era evidente. Apresentava-se como uma iniciativa de educação pela comunicação tendo como eixo a cidadania. Era inovador na sua estrutura, sendo formado e mantido por muitos parceiros; na sua forma, ocupando alguns galpões na Vila Madalena e espalhando-se pelas ruas de São Paulo; na sua dinâmica interna, funcionando como uma usina de ideias e projetos; na sua equipe, formada por profissionais e voluntários de arte, comunicação, arquitetura, saúde e ciências humanas.

Estudantes de escolas públicas e privadas mantinham, juntos, o site Aprendiz, produziam reportagens para veículos de comunicação da mídia impressa, da recém-chegada internet, de rádio e TV. O projeto formava também professores e estudantes para produção de material jornalístico e apoiava os jovens na produção profissional da grande novidade do momento, as homepages, feitas para

organizações sociais, setor que também começava a se formar no país naquele final de década.

Outras frentes de atuação incluíam apoiar os estudantes para ensinarem idosos a navegar na internet, oficinas em arte-educação, parcerias com organizações diversas para ampliar as oportunidades para os jovens. Destacava-se ainda o projeto Cem Muros, que organizava oficinas para intervenções criativas nos muros, becos, praças e até cemitérios, sempre envolvendo escolas e comunidades.

Nas minhas anotações sobre a visita, destaquei o efetivo aprendizado garantido pela estrutura baseada em projetos, o ambiente mais próximo a um local de trabalho, com muita motivação e prazer envolvidos, a gestão democrática na elaboração das regras, no planejamento das atividades e na mediação dos conflitos, a perspectiva transversal do conhecimento e o poder catalisador da organização. Também notei as dificuldades dos professores das escolas que vinham acompanhar seus estudantes para se adaptarem àquele ambiente democrático. Ao final, arrisquei um palpite: “por suas próprias características, o projeto tende a crescer e se ramificar em muitos subprojetos imprevistos. O objetivo é entrar nas escolas e modificá-las por dentro – disso eu já duvido muito”. Não imaginava que dali a oito anos eu mesma seria convidada à tarefa de apoiar o Aprendiz no desenho da estratégia com as escolas.

Como havia previsto, a organização tinha crescido e se ramificado não só em muitos subprojetos como em muitos territórios, em São Paulo, e várias outras cidades pelo país.

As diferentes estratégias desenvolvidas pela organização haviam transformado aquele projeto na Cidade Escola Aprendiz e consolidado uma tecnologia social chamada de Bairro-escola: sistema de corresponsabilidade entre escolas, famílias e comunidades com foco na garantia de condições para

o desenvolvimento das pessoas, especialmente as crianças e os jovens.

O UNICEF reconheceu o Bairro-escola como modelo a ser replicado mundialmente. Cidades se inspiraram nesta tecnologia e criaram o cargo do educador comunitário, profissional responsável pela gestão de redes locais, outras criaram programas de Bairro-escola com diferentes nomes. Até o governo federal anunciava um programa de indução de políticas de educação integral inspirado no Bairro-escola.

Foi neste contexto, que constatamos a necessidade de aprofundar o diálogo com os outros territórios que haviam desenvolvido o Bairro-escola em parceria com o Aprendiz e com a agenda nacional de educação integral. É nesta segunda tarefa, a da agenda nacional da educação integral, que se localizava o grande desafio de trazer efetivamente as escolas para o Bairro-escola. Muitas escolas já participavam das iniciativas propostas pelo Aprendiz e se afetavam por esta participação. Mas a essência da proposta - baseada em projetos, aproximação do ambiente de trabalho, gestão democrática, transversalidade do conhecimento e catalisação de oportunidades educativas – não se efetivava no ambiente escolar.

Fomos, então, em busca das exceções, as escolas parceiras do Aprendiz que, cada uma seguindo seus próprios caminhos, haviam criado estratégias, currículos e iniciativas que possibilitavam as necessárias articulações ao Bairro-escola e, assim, as possibilidades para a educação integral.

Aprendemos com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Salles como a aliança estratégica com a união das associações de moradores dos bairros da região possibilita que a escola desenvolva um projeto político pedagógico orientado para a transformação do lugar em um bairro que educa. Aprendemos junto com a Escola Municipal de Educação Infantil Chácara Sonho Azul como tornar as oportunidades educativas da cidade aces-

síveis e como articular uma rede local em contexto de alta vulnerabilidade.

Aprendemos com o programa Bairro-escola de Nova Iguaçu e com o programa Escola Integrada de Belo Horizonte os caminhos e as dificuldades encontradas por municípios que buscam dar escala às estratégias de ampliação dos tempos, espaços e agentes educativos. Fomos instigados – e pressionados – pelo número sempre crescente de escolas que aderiam ao programa federal Mais Educação a sistematizar ferramentas e tecnologias que pudessem apoiar estas escolas no desenvolvimento de seus projetos político-pedagógicos e redes municipais a desenvolver programas que facilitassem esses processos.

Consolidamos estes aprendizados em duas coleções de livros. A primeira foi sobre as Tecnologias do Bairro-escola. Escritos pela equipe do Aprendiz, os cinco volumes trazem as referências conceituais e instrumentais de tudo o que a organização desenvolveu nos campos da cultura, comunicação, pesquisa-ação e currículo. O quinto volume é formado por tecnologias sociais que foram recomendadas pelo Ministério da Educação para a articulação da escola com a comunidade.

A segunda coleção possui três volumes, que organizam as referências e experiências de Territórios Educativos e de Cidades Educadoras com as quais o Aprendiz colaborou diretamente.

Ao longo de todo este tempo, as escolas que se transformaram efetivamente deixaram de ser exceção e têm se engajado em iniciativas locais para tornar seus bairros educadores. Trata-se agora de fortalecer, divulgar e articular estas experiências para que se multipliquem e pautem as políticas públicas de educação e de cidade no país e no mundo. Fico sempre muito feliz quando vejo como o Aprendiz segue neste caminho, sempre inovando, inspirando, articulando e consolidando referências muito qualificadas para todos comprometidos com os direitos das crianças e jovens.



HELENA SINGER

Helena Singer se dedica aos temas ligados a democracia, inovação e direitos humanos, sobretudo em suas relações com a educação. Suas reflexões buscam trazer novas perspectivas em relação à participação da comunidade e do estado na educação pública. É membro do Instituto de Estudos Avançados da USP, foi assessora especial do Ministro da Educação em 2015, codiretora da Cidade Escola Aprendiz, de 2008 a 2015, e chefe do Departamento de Ações Estratégicas e Inovação do Sesc Nacional em 2016. É doutora em sociologia e pós-doutora em Educação. Publicou *República de Crianças: sobre Experiências Escolares de Resistência*, em 2010, pela Mercado de Letras, entre outros.



BAIRRO- ESCOLA NOVA IGUAÇU

Me lembro como se fosse ontem do dia em que li pela primeira vez sobre um bairro que se tornava escola. Foi um livro chamado Práticas de Cidadania com vários artigos sobre experiências inspiradoras. O artigo sobre o Bairro-Escola começava falando de um morador de rua da Vila Madalena que, atraído pelo cheiro de pão do Café Aprendiz, passou a frequentar os cursos ali oferecidos. Uma semana depois estávamos, Lindbergh e eu, aterrissando em São Paulo para andar pelas ruas do Bairro-Escola Vila Madalena. A sensação era de completo encantamento. Cada muro, cada esquina, cada ateliê que havia se convertido em espaço educativo ia aumentando o deslumbramento com um daqueles inéditos-viáveis dos quais nos fala Paulo Freire. Sim, a cidade podia se abrir para a educação num movimento intencional e deliberado de abraçar todas as suas crianças.

Voltamos para Nova Iguaçu decididos: faríamos bairros-escola em Nova Iguaçu. O nome não seria outro porque o projeto era o mesmo. A coordenação geral do programa Bairro-escola foi criada e a ela foram ligadas dezenas de projetos e ações de 11 diferentes secretarias. Afinal, se queríamos que a cidade se tornasse educadora, esse deveria ser um compromisso compartilhado entre educadores,

médicos, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, urbanistas, garis, agentes de trânsito, comerciantes, padres e pastores e cada um dos gestores municipais. Todos os moradores deveriam conhecer o projeto e se engajar!

Montamos um plano e contamos com a parceria do Aprendiz em todos os momentos. Mas a caminhada não foi fácil. O programa era complexo e mesmo com a experiência acumulada na Vila Madalena, a realidade de Nova Iguaçu e a proposta de articulação intersetorial de políticas públicas trazia novos desafios ainda não enfrentados por lá. Compartilhamos ao longo de todo o processo, as alegrias e descobertas que íamos vivenciando e a inevitável frustração com o difícil processo de implantação de mudanças.

É importante salientar que as dificuldades costumam encobrir muitas das belezas do caminho. Ao olhar em retrospectiva, é fácil apontar os erros e aquilo que não se efetivou. Mas a verdade é que colecionando as histórias marcantes para compartilhar nesse artigo afirmo sem sombra de dúvidas que a cidade se abriu, sim, às nossas crianças. Foram supermercados, peixarias, ateliês, clubes, escolas de música, centros de dança, espaços esportivos, praças, postos de saúde que se tornaram parte da rede de mais de 500 parcerias dos nossos, à época, 68 bairros-escola.

Uma das nossas colaboradoras, Bia Goulart, certa vez escreveu que “o bairro-escola não pode ser simplesmente explicado, assim como uma história ele precisa ser contado”. E, pensando nas histórias que nos ajudam a explicar a sua potência, me deparei com a difícil escolha de apenas um ou dois casos. Correndo sempre o risco de não ter feito a melhor seleção, vamos a eles.

Era uma noite de terça-feira na igreja São José Operário, do falecido Padre Agostinho Preto. O uso intensivo das dependências da Igreja pelos alu-

nos das escolas do bairro-escola Califórnia estava gerando muitos problemas e fui chamada para uma reunião com a comunidade. Eu estava muito cansada, o programa era grande e nossa equipe e nossos recursos muito reduzidos para objetivos tão audaciosos. Cheguei determinada a pedir desculpas, abrir mão da parceria e buscar outra alternativa para aquela escola que nos desgastasse menos. Foram cinco falas. Cinco longas falas de moradores sobre como as crianças sujavam tudo, sobre um vidro quebrado e banheiros entupidos. Pedi a palavra, mas antes de me passar o microfone padre Agostinho fez a sua intervenção. E ele começou com algumas perguntas. Eles sujaram os banheiros? Quebraram os vidros? Quem são eles? As nossas crianças? Que sujam tudo! Que quebrem todos os vidros! Vocês não entendem que nós não podemos virar as costas para as NOSSAS crianças? Um silêncio tomou conta do salão paroquial e eu comecei a chorar. Era tudo o que eu precisava naquele final de noite. Era a energia que se renovava dentro de mim. Sim, o Bairro-escola não era um projeto meu ou da prefeitura, era de todos aqueles na cidade de Nova Iguaçu que assumiam que as crianças são nossa responsabilidade coletiva! Sim, o compromisso compartilhado era uma realidade que estava sendo construída com as pessoas, em meio a uma infinidade de conflitos e problemas, mas também de alegrias.

E ao pensar nas alegrias me lembrei da vizinha do campo de futebol. Nova Iguaçu é uma cidade grande e quente. Nem todas as escolas tinham opções de parceiros bem próximos a elas e, em muitos casos, os espaços utilizados pelas crianças eram praças e campos. Em um desses casos, uma vizinha de um desses campos de futebol acordava pela manhã, enchia dez garrafas de água e colocava no congelador. Ela sabia o horário da atividade física das crianças lá em frente. Ao término da oficina, ela ia até o seu portão e enchia uma a uma as garrafinhas das crianças com aquela água trincando de

gelada. Todos faziam fila, sorriam, agradeciam e se refastelavam. Era lindo de se ver! E tão lindo quanto a alegria das crianças era o rosto da moradora. Nada naquele momento poderia fazê-la mais feliz.

Nos pequenos gestos dos moradores também foi nascendo em cada bairro-escola esse compromisso com a educação das nossas crianças . E isso não se faz apenas com políticas públicas, é preciso envolvimento comunitário, diálogo, pertencimento.

Poderia citar aqui tantas histórias que me vêm à cabeça enquanto escrevo, mas o espaço é limitado e preciso terminar. O importante é que aquele cheiro de pão quente, pão que alimenta o corpo, foi forjando um jeito de criar uma comunidade comprometida com a educação das suas crianças. Dali saiu a inspiração para que em Nova Iguaçu cada bairro construísse suas estratégias, suas ações, suas emoções, suas questões e suas respostas. Com conflito, com participação e com a construção de consensos e compromissos. A gestão seguinte interrompeu o orçamento do programa. Mas as pessoas, suas intenções, suas falas e suas ações permanecem. Porque um bairro-escola é acima de tudo um lugar onde as pessoas se comprometem coletivamente com suas crianças e as pessoas se movem pelo que para elas é relevante, pelo que faz sentido, pelo que as encanta. Isso ninguém nos tira!

.....

O bairro-escola não pode ser simplesmente explicado, assim como uma história ele precisa ser contado.

.....



MARIA ANTONIA GOULART

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, foi secretária municipal de Nova Iguaçu/RJ, responsável pela concepção e implementação do Programa Intersetorial de Educação Integral Bairro-Escola entre 2005 e 2010. É membro do conselho gestor do Centro de Referências em Educação Integral e do Grupo de Trabalho da Iniciativa do Unicef do Livro Didático Digital Acessível. Cofundadora e gestora do Movimento Down, do Espaço Colaborativo Território Inventivo e do Elaborando, Laboratório de Produção de Recursos para a Educação Inclusiva e Acessibilidade Cultural. Fellow do Programa de Aprendizagem Criativa do Media Lab/MIT e do Programa de Líderes Transformadores da Educação da SM.



INTEGRAÇÃO E DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO

“A educação autêntica, repitamos, não se faz de ‘A’ para ‘B’, ou de ‘A’ sobre ‘B’, mas de ‘A’ com ‘B’, mediados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele”, Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido.

A experiência viva da educação integral aponta: se quisermos caminhar em direção a uma sociedade menos desigual, teremos que estreitar os laços, entabular diálogos e ampliar as fronteiras do olhar. O século em que vivemos gera novos questionamentos e demanda soluções que exigem atitudes inovadoras em relação à aprendizagem.

Projetos implementados Brasil afora confirmam que, para além da ampliação temporal da jornada escolar, a educação integral possibilita a visão da aprendizagem sob o signo do desenvolvimento integral, que acontece por meio das vivências que os sujeitos acumulam não só ao longo da vida escolar, mas ao longo de toda a vida.

Em teoria, pode parecer que a educação integral é a solução mágica para resolver todos os (inúmeros) problemas da educação brasileira e levá-la, finalmente, ao século 21. No entanto, é preciso ressaltar que o conceito, ainda muito novo em terras brasileiras, não vem com manual de instruções e não entrega todas as respostas. Talvez um de seus principais aportes para a construção de uma escola mais contemporâ-

nea seja, justamente, a flexibilidade, que permite a cada comunidade escolar adaptar o modelo às suas necessidades, desafios e valores.

ESCOLA INTEGRADA

A experiência da Escola Integrada, iniciada pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, a partir de 2002, pode dar uma boa ideia de como a concepção de educação integral tem a capacidade de ser criativa o suficiente para abraçar as demandas da comunidade, e de como esta se transforma a partir de um desenho customizado para atendê-la.

O primeiro passo em direção à adoção da ideia foi a promulgação de uma lei que possibilitou a implementação da jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, em instituições municipais. Com isso, a permanência média do aluno na escola teria que alcançar nove horas diárias, no lugar das antigas quatro horas. Ademais do aumento da carga horária, a lei também assegurava ao aluno, além da formação básica, o acompanhamento de seu desempenho escolar; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; atividades que possibilitam a convivência com os colegas e a prática da cidadania; noções de informática; e ainda três refeições diárias.

A primeira instituição a adotar os parâmetros da lei de tempo integral em Belo Horizonte foi a Escola Municipal Marechal Humberto Castelo Branco, rebatizada como Escola Municipal Monteiro Lobato. Na época de sua inauguração, a secretaria começou a pensar no plano de conversão das 189 escolas da rede ao sistema de tempo integral. O processo trouxe à tona vários impasses, desafios e exigências, que poderiam colocar em risco a continuidade do projeto. Quanto tempo seria necessário para implementar o programa em todas as escolas? Qual a estrutura básica para a realização das atividades? Seria mais viável transformar as edificações para atender às solicitações do programa? Ou a solução seria construir novas instalações?

Foi com essas indagações em mente que os representantes da secretaria participaram do Fórum Mundial Social de Nova Iguaçu, em 2006. O contato com a proposta de aprendizagem do bairro-escola, desenvolvido em Nova Iguaçu, seria um dos marcos para a expansão do olhar sobre as questões mapeadas na Escola Integrada.

A partir daí, teve início o planejamento do projeto de educação integral em Belo Horizonte, e, com ele, surgiram novos questionamentos. Para que o programa fosse bem-sucedido foi imprescindível envolver outras secretarias e levar em consideração a questão do território. A equipe da prefeitura entendeu que precisava conhecer e aprender novos conceitos, experiências e metodologias. Neste momento, a parceria com o Aprendiz foi estratégica para a elaboração do projeto e reflexão sobre novos arranjos escolares.

As equipes intersetoriais passaram a trabalhar com a tecnologia de georreferenciamento, mapeando o entorno da escola candidata a participar do programa. Com o entorno mapeado, era preciso abrir e estabelecer um diálogo com a comunidade escolar. A resposta viria com a formação de professores comunitários, ministrada pelo Aprendiz.

Com a adesão voluntária de cinquenta escolas, o programa ganhou vulto e passou a ter uma gestão compartilhada por diversas secretarias municipais (Educação, Cultura, Saúde, Transporte, Obras, Esporte, Infraestrutura, Abastecimento e Assistência Social), sob a coordenação da Secretaria do Planejamento. A parceria com agentes da comunidade, lideranças locais e universidades foi outra estratégia importante para o desenho do projeto. Ao envolver diferentes atores, o programa abriu a escola, num diálogo inédito com a comunidade e suas diferentes práticas.

O engajamento da comunidade gerou um grande impacto no território. Ruas mais limpas e seguras, motoristas mais atentos ao entorno, moradores mais unidos e informados, familiares mais conscientes. E, o mais importante, a garantia de uma aprendizagem significativa para crianças e jovens.

A experiência bem-sucedida de Belo Horizonte e o projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu dariam origem ao embrião do Programa Mais Educação, implementado na gestão do ministro da Educação, Fernando Haddad, durante o governo do presidente Lula.

IMPACTO

Para além da mensuração do impacto do programa na aprendizagem, a partir de métricas oficiais como o IDEB, existem pesquisas que apontam o aumento do envolvimento de pais e alunos com o processo educativo. Segundo o relatório Avaliação Econômica do Programa Escola Integrada (http://www.redeitau-socialdeavaliacao.org.br/wp-content/uploads/2015/06/sumario_escolaintegradaBH_20150603.pdf), publicado pela Fundação Itaú Social, em relação ao período de 2007 a 2010, os responsáveis pelas crianças que passaram a frequentar a Escola Integrada notaram mudanças positivas de hábitos e atitudes, como o aumento da leitura de livros, revistas e jornais; o aumento do tempo de uso do computador; uma maior participação em atividades culturais; um maior interesse e dedicação aos estudos; e melhores hábitos de higiene. Os técnicos consideram que a política contribuiu “para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento das crianças, dentro e fora da escola, com a mudança de diversos hábitos associados ao melhor aproveitamento do aluno”.

Os resultados da Escola Integrada e do Mais Educação são positivos. No entanto, ainda existe um longo percurso pela frente até a consolidação de uma escola que garanta uma aprendizagem contemporânea para todos os estudantes. A escola é um importante agente educador, lugar de encontro entre crianças, adolescentes e comunidade. A educação integral propõe não só a reconfiguração e estreitamento desses laços, como também novas possibilidades educativas, mais focadas numa perspectiva de formação integral do indivíduo.



PILAR LACERDA

Natural de Timóteo (MG), graduou-se em História na UFMG, entre 1975 e 1979. Começou a lecionar em 1977, primeiro em escolas particulares e depois na rede municipal de BH, mas sempre na educação básica. É especialista em Gestão de Sistemas Educacionais, e trabalhou em diferentes lugares da gestão pública. De 2002 a 2007, foi secretária municipal de educação de BH e presidente nacional da Undime. De 2007 a 2012, assumiu a Secretaria Nacional de Educação Básica do MEC, sob a gestão do ministro Fernando Haddad. Desde 2012, é diretora da Fundação SM, onde desenvolve projetos ligados à educação pública.



APRENDER COM O APRENDIZ:

UM DIÁLOGO QUE MARCOU O PME

Quando iniciamos o processo de construção do Programa Mais Educação, no Ministério da Educação, em setembro de 2007, buscamos referências históricas e experiências contemporâneas que pudessem ser inspiradoras para o caminho que começávamos a trilhar.

Transformar o programa das chamadas “ações complementares” do MEC em uma estratégia indutora de políticas de educação escolar integral em tempo integral, exigia, além de um desenho pedagógico-curricular que dialogasse com as escolas, um olhar que desse conta das trilhas já percorridas, ou em construção, na educação brasileira, para uma ampliação significativa do tempo, dos espaços e da experiência escolar de nossos meninos e meninas.

Abrindo o baú da história encontramos a vastidão contida – e escondida tanto pelos governos, como pelos cursos de formação de professores – nas Escolas-Parque/Escolas-Classe de Anísio Teixeira, nos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – de Darcy Ribeiro/Leonel Brizola/Oscar Niemeyer e nos Ginásios Vocacionais de Maria Nilde Mascelani.

Esquecidos nos anos 50, 60 e 80, fundaram um outro jeito de fazer e pensar educação escolar no Brasil, ampliando o tempo e as perspectivas da formação humana. Não vingaram pela descontinui-

dade dos processos democráticos no país, pela falta de compromisso dos governantes, das diferentes esferas, com a educação do povo e pela falta de um projeto de nação para o qual todos e cada um sejam sujeitos de direitos educativos.

Minha convicção acerca da potência educadora das cidades, como agentes ativos, nos aprendizados para a vida cotidiana e para a democracia, provocou imediata aproximação com o Aprendiz como espaço pedagógico articulador de muitas possibilidades.

O encontro com o presente da educação brasileira apontou experiências significativas, baseadas nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e enraizadas em municípios brasileiros, entre as quais, destacavam-se a Escola Integrada de Belo Horizonte (MG), o Bairro-Escola de Nova Iguaçu (RJ) e a Escola Integral da pequena cidade de Apucarana no norte do estado do Paraná.

Destacava-se, também, o Aprendiz, organização não governamental que buscava estabelecer parcerias com escolas dispostas ao diálogo com aprendizagens possíveis do/no território - como a Escola Estadual Amorim Lima de SP - e que, constituía, no

bojo de seu trabalho, inúmeras articulações com espaços, atores e instituições que se abriam para receber crianças e jovens em franca ampliação e reinvenção de seus tempos educativos.

.....

Com o Aprendiz aprendemos muito sobre relações entre escola e comunidade e sobre articulações solidárias e possíveis entre as escolas e os agentes/atores de seu entorno.

.....

Minha convicção acerca da potência educadora das cidades, como agentes ativos, nos aprendizados para a vida cotidiana e para a democracia, provocou imediata aproximação com o Aprendiz como espaço pedagógico articulador de muitas possibilidades. Uma delas foi, anos mais tarde, o Centro de Referências em Educação Integral, seguramente o mais importante polo de socialização de informações e construção virtual de debates no campo da educação integral no Brasil.

O diálogo, fraterno e permanente, entre o MEC e o Aprendiz certamente qualificou o Programa Mais Educação, hoje combatido e descaracterizado pela fúria cognitivista dos que se instalaram no Planalto Central.

Com o Aprendiz aprendemos muito sobre relações entre escola e comunidade e sobre articulações

solidárias e possíveis entre as escolas e os agentes/atores de seu entorno.

Há um longo caminho a ser retomado, a partir da pauta definida pelo atual Plano Nacional de Educação, para qualificação da infraestrutura física e material das escolas públicas, bem como para o refinamento da formação de professores na direção da formação humana integral.

E, neste tempo de transição, experiências educativas como a do Aprendiz vão concretizando possibilidades e abrindo horizontes, não para diminuir as atribuições do Estado ou para subtrair recursos da educação pública, mas para ajudar a trazer dos sonhos para a realidade inéditos viáveis – como diria Paulo Freire – que nos ajudem a entrar no século XXI em termos de práticas educativas.

A amplitude formativa concretizada pelo Programa Mais Educação por meio dos macro-campos organizadores de saberes, culturas e práticas sociais na escola dialogou com diferentes experiências do Aprendiz, sobretudo no campo dos direitos humanos, da educomunicação e das relações entre educação e cultura.

A articulação das *forças vivas presentes no território*, como já diziam os Pioneiros da Educação Nova de 1932, para uma educação cidadã, que implica a relação do sujeito com seu entorno e faz de todos os adultos corresponsáveis pelo destino das crianças e jovens, materializou-se nos aprendizados que tivemos com o Aprendiz.

Vida longa ao Aprendiz, como um sopro de vida que sempre nos instiga, desacomoda e compromete!



JAQUELINE MOLL

É professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica no MEC de 2007 a 2013. É graduada em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), tendo realizado parte dos estudos na Universidade de Barcelona.



TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

O movimento de retomada da Educação Integral no Brasil teve como estopim o Bairro-Escola da Vila Madalena, se alastrando via Bairro-Escola de Nova Iguaçu, Escola Integrada de Belo Horizonte, e culminando com a criação e implementação do programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). Nestes contextos, a concepção de Educação Integral é tratada muito além de uma modalidade ou da extensão da jornada escolar. Ela compreende a integralidade dos processos educativos, ampliando tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas, dentro e fora da escola. Esta concepção exige a superação da separação entre educação formal, não formal e informal, de modo que passemos a pensar em sistemas integrados de educação, onde outras separações também passam a ser questionadas, como as etapas e os sistemas educacionais, e isolamento entre a escola e o mundo lá fora.

Aprende-se o tempo todo , ao longo de toda vida, de muitas maneiras e em todos os lugares.

Esta perspectiva questiona profundamente a forma e organização escolar, novos contextos espaço-temporais, não só na escola como também na cidade, de modo que passem a ser pensadas e ocupadas como espaços de convívio e integração e não mais de segregações e funcionalidades específicas. Qualquer lugar passa a ser considerado em seu potencial educativo. Eis o território educativo!

Este conceito foi trazido para o Brasil pela primeira vez a partir do texto de minha autoria, com a colaboração de Marcio Tascheto da Silva, *Territórios Educativos para a Educação Integral*. Este texto faz parte do conjunto de cadernos pedagógicos do Programa Mais Educação do Ministério de Educação, dirigido por Jaqueline Moll. Este material foi elaborado a partir das discussões levantadas pelo grupo de trabalho que apoiava o Mais Educação, formado por pesquisadores de universidades de todo país, e tinha como um dos desafios apoiar gestores e escolas na implementação do Programa de modo a superar a tendência a ser implementado como contraturno escolar, desconectado com os conteúdos disciplinares e curriculares.

Aprende-se o tempo todo,
ao longo de toda vida, de
muitas maneiras e em todos
os lugares.

O caderno *Territórios Educativos* nasce também o desafio de incentivar gestor@s e professor@s a ocuparem e reinventarem os espaços da escola e da cidade. Como utilizar o território escolar e urbano - rural, ribeirinho, costeiro, indígena, quilombola, caiçara - nesta perspectiva? Como ir além dos passeios

e da extensão da jornada e reorganizar tempos e espaços escolares e urbanos de modo a serem parte do currículo, do projeto pedagógico da escola?

Para tratar dessas questões é necessário trabalhar as relações entre arquitetura escolar e educação ao longo da história, desnaturalizando-as. Neste sentido, partimos do conceito de território educativo cunhado pelo educador português Rui Canário¹ (2007), e procuramos ampliar esta concepção a partir das experiências que já estavam em curso por todo território brasileiro, nas escolas onde se implantava o Mais Educação, que inovaram no modo como ocupavam seus territórios, nos ensinando muito e nos pressionando a redefinir nossos estudos.

Espaços reconfigurados, estudos redefinidos².

O movimento de Educação Integral, que renasce a partir do Bairro-Escola e do Mais Educação, em sua concepção original, pressionou e encorajou as escolas e repensarem o modo como ocupam o território intra e extra-muros, resultando em ocupações que vêm requalificando e ressignificando esses territórios que passaram a ser considerados educativos. De norte a sul do Brasil já podemos ver suas concretudes, a paisagem transformada, escola e cidade com seus tempos e espaços ressignificados.

Um desafio que permanece é o de nos desprendermos da escola-panóptico e da cidade industrial, segregadas e segregantes, de modo a que passemos a produzir territórios educativos na escola e na cidade, onde ambas sejam espaços de dignidade e diversidade. Territórios Educativos que nos formem

e não mais nos deformem e nos desumanizem, mas que possibilitem vivências humanizadoras de espaço, como propõe Miguel Arroyo (2011). Outro desafio, diretamente relacionado a este, é a necessidade da intersectorialidade das políticas públicas e da interdisciplinaridade na concepção de Educação Integral, que aponta para a integração de políticas públicas, como o Plano Diretor Estratégico e o Plano Municipal de Educação, colocando em diálogo a escola e a cidade.

A concepção de Território Educativo cumpre este papel e passa a ser uma ideia-força propulsora de integralidade na educação.

Apesar da descaracterização e enfraquecimento do Mais Educação desde 2014, os estudos e propostas com base na concepção de Educação Integral se alastram pelo Brasil. Bairro-Escola, Cidade Educadora, Território Educativo difundem-se como temas de mestrados, doutorados, de prêmios³, projetos pedagógicos, projetos comunitários e de políticas públicas.

Após 20 anos, o estopim Bairro-Escola da Vila Madalena permanece aceso, mesmo em tempos sombrios, como brasa-dormida. Muito destes avanços devemos à Cidade Escola Aprendiz que em seus 20 anos tem nos presenteado com ações e reflexões para melhoria da qualidade da Educação e da Cultura, das ações em rede e da vida comunitária.

O território educativo nasce bem ali, no hífen entre o Bairro e a Escola.

1 CANÁRIO, R. A Escola tem Futuro? Das promessas às incertezas. São Paulo: Artmed, 2007

2 ARROYO, M. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p.341.

3 Ver em www.premiiterritorioseducativos.org



ANA BEATRIZ GOULART DE FARIA

Arquiteta-Urbanista (FAUUSP 1983), é mestrande e pesquisadora do Grupo Ambiente-Educação da FAUUFRRJ e do grupo NAAPLAC da FAUUSP, diretora do centro de pesquisas e projetos Cenários Pedagógicos e diretora do Projeto Ancora. É consultora da Associação Casa Azul como curadora pedagógica da Flip e do Prêmio Territórios Educativos no Instituto Tomie Ohtake. Atuou como consultora do Programa Mais Educação do MEC junto à equipe de Jacqueline Moll. Assessora o FNDE nos projetos de arquitetura de escolas de educação integral e de escolas sustentáveis. Participou da criação e implantação do Bairro-Escola de Nova Iguaçu onde foi Secretária Adjunta de Educação. Participou da criação e implantação dos Centros Educacionais Unificados da cidade de São Paulo (CEUs).



RIO VERMELHO:

O BAIRRO QUE VIROU ESCOLA E REVIROU ESCOLAS NA BAHIA

Educação Integral é desafio complexo. Quando nos propomos a promover o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, também precisamos mobilizar múltiplos agentes, espaços e oportunidades. A escola não pode, nem precisa dar conta dessa tarefa sozinha. Até porque, há muita gente querendo participar desse processo. Falo por experiência própria.

Quando o conselho do Instituto Inspirare decidiu dar uma contribuição especial às escolas públicas do Rio Vermelho, bairro singular de Salvador por suas tradições, criatividade, cultura e boemia, sabíamos de antemão que todo esse patrimônio material e imaterial não poderia ser desconsiderado. E foi assim que o conceito e as metodologias criadas

pelo Bairro-Escola da Vila Madalena tornaram-se a nossa principal inspiração.

Começamos a conspirar em julho de 2012, organizando encontros com educadores, estudantes, artistas, empresários, associações, organizações sociais, órgãos públicos, igrejas e cidadãos que vivem, trabalham, estudam ou frequentam a região. Apresentávamos a proposta de transformar o Rio Vermelho em um bairro educador, onde crianças, adolescentes e jovens pudessem aprender e se desenvolver a toda hora, em todo lugar, com o apoio da comunidade local. Ouvíamos as impressões e sugestões de cada um e terminávamos a conversa os convidando para participar de reuniões mensais, durante as quais fomos dando forma à iniciativa.

O Bairro-Escola Rio Vermelho foi construído desde o início com a participação da comunidade e o apoio técnico da Cidade Escola Aprendiz, da CIPÓ – Comunicação Interativa e do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP). Ao longo de 2013, organizamos uma série de atividades, que culminaram em um seminário no final do ano, para produzir, a muitas mãos, o nosso primeiro Plano Educativo Local, no qual expressávamos os nossos objetivos e descrevíamos as ações que realizaríamos conjuntamente para criar o primeiro bairro educador da cidade.

Nesse início, o grupo também elaborou uma Carta de Princípios, posteriormente assinada pelas organizações e indivíduos que aderiram à iniciativa. O documento explicita o conceito e os princípios de bairro-escola validados pelo território, bem como os desejos e as responsabilidades da comunidade. Os princípios falam de educação integral, coletividade, respeito, convivência, comunicação e transformação. Os desejos traduzem expectativas em relação ao bairro, às escolas e às pessoas. Já as res-

ponsabilidades incluem a coerência, a mobilização e a participação conjunta na busca de soluções.

Começar com tão intensa participação foi fundamental para que o Bairro-Escola Rio Vermelho ganhasse visibilidade, legitimidade e apoio. Mas além de conhecer e mobilizar os agentes, foi preciso também reconhecer e articular os demais ativos do território. Assim, juntos mais uma vez, mapeamos os dados estatísticos, os problemas e as oportunidades que o bairro poderia oferecer para potencializar o desenvolvimento integral de seus estudantes.

A lista de possibilidades é longa: a colônia de pescadores que organiza a Festa de Iemanjá, a Casa do Rio Vermelho onde morou o escritor Jorge Amado, as baianas de acarajé, as empresas de economia criativa, os ateliês dos artistas, a história do naufrago Diogo Álvares Correia, que foi encontrado pelos Tupinambás na orla do Rio Vermelho em 1509 e acabou se casando com a índia Paraguaçu. Todas essas preciosidades são estímulos para que alunos e professores aprendam e ensinem de forma mais plena, engajadora e contextualizada.

Vale lembrar ainda das praças que se transformaram em salas de aula a céu aberto, abrigando festivais, saraus de leitura e atividades temáticas. Eventos em que as escolas públicas e seus alunos, muitas vezes invisíveis ou estigmatizados pela população local, puderam mostrar a sua face mais luminosa e interagir com a comunidade do entorno.

Atualmente, o Bairro-Escola Rio Vermelho é coordenado por uma comissão gestora composta por membros que representam os diversos setores do território. Os estudantes também se envolvem, seja para indicar o que não está funcionando na sua educação, seja para elaborar propostas, realizar projetos ou mobilizar outras pessoas.

Ao longo dessa caminhada, vimos o IDEB das escolas participantes crescer de forma consistente.

Percebemos ainda como a comunidade escolar e seu entorno foram se apropriando da iniciativa e do próprio bairro como oportunidades educativas. Neste no, a experiência foi uma das tecnologias sociais certificadas pelo Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Alguns desafios, no entanto, persistem e exigem resiliência e determinação. O principal deles está intrinsecamente relacionado ao modelo de escola ainda vigente. **Aulas expositivas de 50 minutos, restritas a salas fechadas, com carteiras enfileiradas, não se afinam nem com o conceito de bairro-escola, muito menos com os alunos contemporâneos. Também não se mostram capazes de promover o seu desenvolvimento integral, tarefa que demanda experiências educativas mais profundas e diversificadas, ofertadas com o apoio de todos os colaboradores que a escola seja capaz de mobilizar.**

A integração com a comunidade é fundamental para que a escola consiga se transformar. E se a mudança não pode vir apenas de fora para dentro, como pacote pronto, tampouco acontecerá se não houver pressão e colaboração de agentes internos e externos dispostos a repensar currículo, relações, ambientes, práticas pedagógicas e de gestão.

Foi pensando nesse desafio que o Inspirare também decidiu apoiar a Cidade Escola Aprendiz na elaboração do guia Educação Integral na Prática. Mais do que uma poderosa caixa de ferramentas para secretarias de educação que têm o compromisso e o desejo de implementar políticas e programas de educação integral, o material oferece as orientações necessárias para que deem conta de aspectos legais, orçamentários, administrativos e pedagógicos. Acima de tudo, busca assegurar que as redes de ensino promovam uma educação que faça cada vez mais sentido para os alunos e os prepare para os desafios do presente e aqueles que ainda estão por vir.



CARLA ARAGÃO

Jornalista formada pela UFBA, mestre em Gestão e Desenvolvimento Social (UFBA), com especialização em Jornalismo e Direitos Humanos (Unijorge). Foi responsável pelo Departamento de Comunicação do Instituto Social do Mercosul, sediado em Assunção (2011 a 2013). Colaborou por 9 anos com a ONG Cipó – Comunicação Interativa e foi repórter na Gazeta Mercantil, A Tarde, TV Bahia e Veja. Integrou as equipes da Rede ANDI Brasil e Rede CEP – Comunicação, Educação e Pesquisa. Atualmente, é gestora do Programa Laboratórios Educativos do Inspirare e mãe de Maria Luna, a Lulu, de 2 anos.

ANNA PENIDO

Diretora do Inspirare. Jornalista formada pela UFBA, com especialização em Direitos Humanos (Universidade de Columbia) e em Gestão Social para o Desenvolvimento (UFBA). Em 2011, participou do programa Advanced Leadership Initiative da Universidade de Harvard. Trabalhou como repórter para o jornal Correio da Bahia e para as revistas Veja Bahia e Vogue. Integrou as equipes da Fundação Odebrecht e do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Fundou e dirigiu a CIPÓ – Comunicação Interativa. Coordenou o escritório do UNICEF para os Estados de São Paulo e Minas Gerais. É fellow Ashoka Empreendedores Sociais.



HELIÓPOLIS, UM BAIRRO EDUCADOR

Localizado na região sudeste da cidade São Paulo, em uma área de um milhão de metros quadrados, o bairro de Heliópolis abriga cerca de 200 mil moradores. A comunidade possui uma história exemplar de articulação comunitária, desenvolvida em quase quarenta anos de luta por direitos humanos.

As primeiras ocupações do território ocorreram no início dos anos 1970 e se deram por iniciativa do próprio poder público, que alocou na área mais de duas centenas de famílias, vindas de remoções próximas, em alojamentos que deveriam ser provisórios, mas que existiram por cerca de vinte anos.

No início dos anos 1980, a comunidade cresceu vertiginosamente, de maneira irregular, em um contexto de fluxo migratório que definiu o perfil das populações periféricas de São Paulo de maneira decisiva: milhares de nordestinos passaram a buscar a sobrevivência na cidade, e Heliópolis despontou como uma imensa favela, tornando-se uma das maiores da América Latina.

O estabelecimento desta comunidade se deu, como em tantas outras periferias das grandes cidades brasileiras, em processos de ocupação marcados por violências das mais diversas: exclusão econômica, a luta por moradia e negação de direitos básicos necessários à dignidade humana. Para permanecer no território, os moradores precisaram

aprender a se organizar e a reivindicar junto ao Estado políticas públicas nas áreas de habitação, saúde, assistência social e educação.

A comunidade escolar passou a entender também que a escola, por ser um espaço privilegiado de construção social, deve ser um centro de liderança na comunidade onde está inserida

As lideranças comunitárias locais então se agregaram em associações de moradores, e deste processo é que surgiu a União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Região, ainda hoje a maior e mais representativa instituição comunitária de Heliópolis. A UNAS agrega diversos movimentos em sua diretoria: mulheres, negros, LGBTQs, moradia... A entidade também administra dezenas de convênios firmados com a Prefeitura de São Paulo, nas áreas de educação e assistência social, e trabalha intensamente para influenciar o governo municipal na criação e na qualificação de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

Essa história de luta se entrelaça com outra trajetória construída no interior de uma escola pública municipal, a EMEF Presidente Campos Salles. Tal enlace entre o movimento social local e a escola se iniciou com a chegada do diretor Braz Rodrigues Nogueira a Heliópolis, quando a comunidade foi convidada, de fato, a participar da elaboração do projeto político pedagógico da escola. Neste

percurso de aprendizagem e construção social, a comunidade escolar passou a entender que a escola é um dos lugares onde a educação acontece, mas não o único, e desse modo toda a sociedade deve ser educadora.

A comunidade escolar passou a entender também que a escola, por ser um espaço privilegiado de construção social, deve ser um centro de liderança na comunidade onde está inserida e trabalhar articuladamente com as lideranças já constituídas no território. Tal movimento fortaleceu o Conselho de Escola e demandou a derrubada, simbólica e literal, do muro que separava a escola da rua.

A relação escola e comunidade se estabeleceu de forma profunda durante todo esse processo e possibilitou sinceras reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes, principalmente no que se referia à relação destes com os estudantes. Inspirados na metodologia da Escola da Ponte, de Portugal, o projeto pedagógico da escola agregou aos seus princípios iniciais – “tudo passa pela educação” e “escola como centro de liderança” – outros três princípios: autonomia, responsabilidade e solidariedade.

Assim, **as paredes que separavam as salas de aula foram derrubadas, os trabalhos docentes e discentes passaram a ser desenvolvidos em grupos, os conflitos começaram a ser mediados em comissões de estudantes, o currículo passou a ser desenvolvido a partir de assembleias e o modo de organização das crianças e adultos que ali convivem se expressou na criação de uma república de estudantes.**

Toda essa construção conjunta entre a sociedade civil organizada e a escola possibilitou a concepção do que hoje é o CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli: um espaço público cuja gestão democrática organiza a educação integral na comunidade. Trata-se de uma conquista, uma vez que é a consolida-

ção de uma política pública constituída a partir de uma demanda social que exige e pauta as agendas de sucessivos governos municipais. Hoje, o CEU abriga seis unidades escolares e administra diversos projetos ancorados nos princípios que fundamentam o Bairro Educador de Heliópolis.

A memória dessa luta comunitária é o eixo condutor da gestão de todos os processos aqui engendrados. A memória é o capital que alimenta o trabalho de escolas e equipamentos socioeducacionais de uma rede que cresce e se fortalece continuamente, a partir da experiência que adquire ao assumir as pautas dos movimentos sociais atuantes no território, integrando-as ao currículo oficial.

É preciso dizer que durante toda essa trajetória a Cidade Escola Aprendiz tem sido uma parceira fundamental. Primeiramente, por respeitar tão profundamente os saberes populares que aqui existem e florescem. É bonito o modo como os profissionais do Aprendiz escutam e trabalham para dar visibilidade às lideranças comunitárias de Heliópolis, já que para nós é importante o reconhecimento da educação popular como um processo legítimo e fundante de um país verdadeiramente democrático. O apoio histórico que recebemos se materializa cotidianamente na inspiração para a concepção de princípios, no auxílio para a sistematização das nossas práticas, na sugestão de metodologias, no acompanhamento da nossa construção política, nos parceiros que nos são apresentados. Por isso, é uma alegria e uma honra participar dessa publicação.

Sabemos que temos ainda, juntos, um longo caminho pela frente. Comemoramos esses vinte anos da Cidade Escola Aprendiz desejando que a nossa memória e a nossa utopia na construção de uma sociedade mais justa continuem nos orientando. Que o nosso Bairro Educador seja uma realidade.

Vida longa ao Aprendiz!



MARÍLIA DE SANTIS

Professora da rede municipal de educação da cidade de São Paulo desde 1998 e, atualmente, gestora do CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli. Mestre em Educação com a pesquisa De favela a Bairro Educador - Protagonismo Comunitário em Heliópolis e autora do livro Memórias de Heliópolis, publicado pela editora Kuzuá.

BRAZ RODRIGUES NOGUEIRA

Foi professor de escola pública por vinte anos e diretor da escola Presidente Campos Salles por mais vinte. Lá construiu um projeto de integração entre escola e comunidade que virou referência.



3

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS



EDUCAÇÃO INTEGRAL: PRÁTICAS QUE SÓ ACONTECEM NO PLURAL

As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2014) enunciam, em consonância com a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), que é função da educação promover o pleno desenvolvimento dos sujeitos. Isto significa que é direito de cada e de todas as pessoas se desenvolverem individual e coletivamente, em uma construção dialógica entre seus desejos individuais e as necessidades da convivência coletiva e do respeito e valorização das subjetividades de cada um.

Com origens nas discussões do movimento escolanovista, e fortalecida nas propostas de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, a concepção de Educação Integral materializa o direito ao desenvolvimento integral ao nos convocar como sociedade a construir uma escola que responda às singularidades dos sujeitos que dela fazem parte, com vistas à inclusão social da e a partir da diversidade do país.

Isso significa que cada estudante - suas relações e o contexto em que se insere -, se torna o foco da proposta pedagógica e do fazer pedagógico, em sua comunidade e no seu território.

Esta concepção de educação foi implementada como política educacional em experiências coordenadas por Anísio Teixeira com as Escolas-Classe e Escolas Parque na década de 1950 na Bahia; por Darcy Ribeiro na década de 1980, com a implementação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Popular) no estado do Rio de Janeiro; nos CEUs (Centros de Educação Unificados) da capital paulista; e em programas municipais, que tiveram início em meados dos anos 2000, como o de Belo Horizonte e Betim (MG), Nova Iguaçu (RJ), Sorocaba, Santos e São Bernardo do Campo (SP), Apucarana (PR), Santarém (PA), muitos deles impulsionados pelo Programa Mais Educação (PME), instituído em Portaria Interministerial em 2007.

O programa, que se manteve até 2015, tinha como objetivo induzir uma proposta de educação integral como política pública para o país. Ao propor a ampliação da jornada escolar, o PME, que alcançou mais de 60 mil escolas Brasil afora, convocou redes e escolas a repensarem sua estrutura, recriando a oferta educativa aos estudantes a partir de novos espaços, tempos e agentes. A concepção de ganhou ainda mais força com nosso atual Plano Nacional de Educação, que vigorará até 2024, propondo a ampliação da jornada escolar como ação coletiva para todos os municípios e estados brasileiros, a partir de estratégias que evocam o acúmulo do país nessa discussão.

Desafiadora, a educação integral enquanto política pública ainda tem muito o que avançar, mas são muitas as experiências de escolas e redes que começaram a rever seus projetos pedagógicos e a forma de sua organização de tempos e espaços, a ampliar as oportunidades educativas para os

estudantes e a convocar os professores na recriação autoral de suas práticas. Como Anísio Teixeira escreveu, é a partir da escola pública, orientada pela perspectiva do direito ao pleno desenvolvimento das crianças, que conseguiremos construir um Brasil democrático, solidário e inclusivo.

Mas, para além dos conceitos, marcos legais e referências, a Educação Integral é uma proposta que se apresenta na vida concreta, é uma concepção que só de fato se apresenta quando experienciada. E foi na Associação Cidade Escola Aprendiz que eu tive o privilégio de não apenas ser apresentada a esta perspectiva, mas de, a partir dela, me tornar educadora e formadora de educadores.

Aos 20 anos, ainda estagiária de jornalismo, recebi a tarefa de, junto a outros jovens – meus pares e educandos –, construir um projeto de formação em comunicação e ativismo local. A partir dele, me tornei corresponsável pelo desenvolvimento e aprendizagem de um grupo de oito adolescentes, que tinham uma vontade tremenda de usar as técnicas da comunicação como ferramenta de engajamento e mobilização social.

Ao dar meus primeiros passos neste percurso, recebi a orientação de escutar o grupo, apoiá-los em sua investigação, e ajudá-los a aprender a colaborar, a propor soluções a partir de seus repertórios e a não ter medo de errar, tomando a experimentação e a construção de hipóteses como eixos estruturantes do processo educativo. Tendo como base este conselho e o repertório de ideias e práticas que havia acessado dos inúmeros educadores que entrevistei nos meus anos na redação do Portal Aprendiz, me aventurei e, de repente, eu estava envolvida, apaixonada e absolutamente convencida de que viver um processo de ensino-aprendizagem com o Outro é transformador. Com eles aprendi na prática a potência do trabalho coletivo, e a possibilidade concreta de transformação evocada pela intersetorialidade e pela pesquisa-ação em nossos territórios.

Para além dos conceitos, marcos legais e referências, a Educação Integral é uma proposta que se apresenta na vida concreta, é uma concepção que só de fato se apresenta quando experienciada.

Em 2013, após experiências como articuladora e formadora de professores e gestores escolares, o Aprendiz me convidou para o maior desafio de todos: o de apoiar a construção, novamente em parceria com uma ampla gama de agentes e setores, do Centro de Referências em Educação Integral. Para isso, mergulhamos nas políticas públicas, nos aprofundamos em nosso complexo e, por vezes, difícil sistema educacional, e novamente escutamos. Escutamos e seguimos escutando professores, gestores, familiares, crianças, jovens, legisladores, partidos políticos, sindicatos e associações, organizações da sociedade civil, garantindo que, a partir de seus conhecimentos e necessidades, possamos juntos, buscar caminhos para que escolas e secretarias possam garantir a todos os estudantes a possibilidade de se desenvolverem plenamente.

E são essas crenças que mobilizam a organização da qual tanto me orgulho. Vinte anos acreditando que a transformação só acontece em coletivo; que a aprendizagem só se constrói com sentido, na relação entre as pessoas, e no intercâmbio de suas identidades com o território. E, fundamentalmente, que a educação integral não é nem nunca será negociável – é direito.



JULIA DIETRICH

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal de São Paulo, Julia é jornalista e gestora do Centro de Referências em Educação Integral, iniciativa coletiva da Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com 12 organizações não-governamentais. Representou o Aprendiz no Conselho Nacional de Juventude, publicou trabalhos em Análise de Mídia, diversas reportagens em educação, cidadania e direitos humanos e é autora de capítulos e livros nas temáticas de educação, direitos humanos, comunicação comunitária e educomunicação. Atuou em diferentes organizações sociais em São Paulo, e, por um ano, em 2008, foi Gestora de Programas na Village Exchange International, organização de atuação internacional para saúde reprodutiva, sexualidade e empoderamento feminino em Gana, no oeste africano.



SONHAR UMA CIDADE EDUCADORA

Rubem Alves se auto intitulava um “coleccionador de escolas”. Em 2004, sua incansável busca o levou às ruas da Vila Madalena, em São Paulo, onde o Aprendiz pesquisava e experimentava a criação de um Bairro-escola. Ali, espantado com o que via, o escritor registrou as possibilidades forjadas por uma educação entrelaçada à vida e por um território moldado pelo aprendizado:

“Aí aparece o Aprendiz... Sua proposta: que o espaço-tempo aprendizagem seja o espaço-tempo das ruas do bairro - porque é ali que a vida acontece! Praças, ateliês, oficinas, danceterias, cinemas, livrarias, cafés – todos esses são espaços de aprendizagem. Ali se encontram os mestres, ali se encontram os aprendizes.”

100 Muros, Beco escola, Escola na Praça, Escola da Rua, Trilhas Urbanas, Bairro Educador, Trilhas da Cidadania. As dimensões **educação e cidade**, expressas nos projetos que cruzaram o caminho de Rubem Alves e nas demais iniciativas cultivadas em

20 anos de trajetória do Aprendiz, evocam o que David Harvey definiu como *o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade*².

Sob uma nova geografia do aprendizado, a educação emerge dessas experiências como um complexo rizoma no qual aprender e educar, intervir e participar, ser e ocupar, são elementos indissociáveis do desenvolvimento humano e local.

O projeto 100 Muros, realizado entre 1999 e 2001, produzia os azulejos que seriam fixados nas paredes do bairro em Usinas Comunitárias, espécie de laboratórios a céu aberto instalados nas ruas, praças e becos da Vila Madalena. Qualquer morador, transeunte, estudante ou vizinho poderia participar, tornando-se co-criador das obras. Mais do que aprender sobre técnica e história da arte, os cidadãos das mais variadas idades e classes sociais tinham a oportunidade de se (re)conhecer e conviver no espaço público.

Dos mosaicos aos grafites, os muros se estendiam como plataforma para o projeto de cidade que o Aprendiz nutria em rede. Na metrópole cindida por inúmeras desigualdades socio-espaciais, as paredes redesenhadas e coloridas eram, de uma só vez, denúncia do vazio e do abandono, e anúncio do movimento e da vida que então ressurgia.

Nessa etapa, a importância de se fazer educação com os agentes da cidade ganha força e os grafiteiros convertem-se em educadores urbanos. A cultura assume centralidade nas discussões que fervilhavam nos galpões, devolvendo a poesia, o corpo e os sentidos à aprendizagem.

1 ALVES, Rubem. Aprendiz de mim. Um bairro que virou escola. Campinas: Papirus, 2004.

2 HARVEY, David. O direito à cidade. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>

.....

Inspirados pelo movimento que busca refundar a escola brasileira, compreendemos que o novo paradigma da educação exige de nós um outro projeto de cidade - uma Cidade Educadora.

.....

A circulação de crianças, adolescentes e jovens provocada pelas práticas que aconteciam no bairro conferia uma escala mais humana à paisagem urbana recortada por carros e prédios. Caminhar, investigar, explorar, descobrir, tocar e brincar passavam a ser verbos conjugados no espaço público.

Das contradições e conflitos inerentes à vida em comunidade, escuta e diálogo semearam redes capazes de articular e mobilizar atores em prol de planos coletivos. Entre erros e acertos, consolidava-se a noção de que a cidade que queremos depende dos sujeitos que podemos ser.

O desafio de expansão dessas práticas ampliou os mapas do Aprendiz para o Jaraguá, Jardim Ângela, Sé, Brasilândia, Pirituba, Campo Limpo, São Mateus, Barra Funda, Bom Retiro/Luz, Butantã, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Sorocaba, Rio de Janeiro e tantos outros.

Na bagagem, acumulavam-se as lições aprendidas com o Bairro-escola: os lugares são únicos e as

mudanças demandam esforço e envolvimento coletivo daqueles que cotidianamente constroem os territórios. Não existem fórmulas prontas e soluções introjetadas de cima para baixo estão fadadas ao fracasso.

Esse acervo de descobertas e o comprometimento permanente com a garantia dos direitos de todos - e de cada um - levaram o Aprendiz a criar, em 2015, o Programa Cidades Educadoras. Inspirados pelo movimento que busca refundar a escola brasileira, compreendemos que o novo paradigma da educação exige de nós um outro projeto de cidade - uma Cidade Educadora.

Alçando-nos a voos ainda maiores, assumimos a tarefa de fortalecer essa agenda no Brasil, fomentando que o potencial educativo dos territórios seja ativado e colocado a serviço do desenvolvimento integral de seus habitantes.

Não sabemos quantos anos a ambiciosa missão pode nos tardar, mas nos conforta saber que Rubem Alves deixou a matéria-prima:

“Que lindo e simples resumo da tarefa da educação: plantar jardins, construir cidades-jardins, mudar o mundo, torná-lo belo e manso. Aprender construindo. Aprender fazendo. Para que as crianças possam brincar. Para que os adultos possam voltar a ser crianças. E espalhar sonhos, porque jardins, cidades e povos se fazem com sonhos...”³

3 ALVES, Rubem. Aprendiz de mim. Um bairro que virou escola. Campinas: Papyrus, 2004.



RAIANA RIBEIRO

É jornalista formada pela PUC-SP com atuação nas áreas de Educação e Direitos Humanos. Atualmente, é gestora do Programa Cidades Educadoras da Associação Cidade Escola Aprendiz, iniciativa que apoia e desenvolve ações estratégicas para o fortalecimento dessa agenda no Brasil. Também é editora-chefe do Portal Aprendiz, plataforma que há 20 anos produz e dissemina conteúdos relacionados à Educação, Território e Cidadania.



UMA ESCOLA PARA AS INFÂNCIAS

A Cidade Escola Aprendiz tem, nos últimos 20 anos, assumido importante papel no debate acerca do direito à Educação Integral e investido em experiências que nos inspiram a pensar sobre como esse direito pode ser vivido plenamente pelas crianças brasileiras. Neste breve texto busco apresentar algumas ideias sobre uma concepção de educação para as infâncias que percebo estar afirmada no trabalho dessa instituição.

Um primeiro desafio é o de reconhecermos a pluralidade de infâncias. Aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais conformam diferentes infâncias. Nesse sentido, as crianças, embora tenham traços comuns e características recorrentes a esse ciclo da vida, possuem identidades próprias construídas a partir de suas interações sociais, contextos culturais e condições de vida.

Com base do que Paulo Freire chamou de *infâncias roubadas em sua humanidade* o sentido mais profundo da educação é o de afirmarmos a necessidade e o direito das crianças a uma formação humana integral. Assim, à escola cabe se preocupar com a formação plena das crianças, sobretudo a daquelas infâncias que a sociedade trata de maneira injusta, a daquelas crianças a quem se nega a possibilidade de ser criança. Ou seja, a educação das infâncias

só faz sentido enquanto espaço de afirmação dos direitos de todas as crianças, na sua singularidade, diversidade e participação cidadã.

A complexidade das infâncias contemporâneas confirma ainda a necessidade de uma Educação Integral inscrita no campo das políticas sociais. A educação pública de qualidade é, portanto, provocada a configurar-se a partir de uma Educação Integral que se baseie no direito fundante da cidadania e que opere como estratégia de promoção de uma maior justiça social. Nessa perspectiva a escola ocupa importante papel na articulação do território e da rede de atendimento à criança.

Se considerarmos que a escola não escapa de nenhuma das dimensões que estruturam a vida da criança, tais como: a condição social, o gênero, o pertencimento étnico e cultural, superar a imagem idealizada do “aluno” e caminhar na direção de uma escola que reconheça a criança como sendo sujeito emergem como desafios na construção das propostas de Educação Integral. É possível recuperar assim a ideia de que da escola é um espaço de vida, desenvolvimento, aprendizagem e participação e ainda uma instância promotora da cidadania.

Mas como pode a escola educar integralmente a criança?

O reconhecimento das crianças na sua integridade e integralidade nos desafia a pensar uma educação integral que de fato contemple a formação humana integral, ou seja, aquela que envolve dimensões vivenciais, cognitivas, afetivas e emocionais.

Nessa perspectiva a Educação Integral pode inaugurar a ideia da possível transformação da escola em um “centro de cultura da infância”. Nesse caminho um primeiro aspecto seria conhecer e se apropriar das formas de inserção e aprendizado da criança nas diversas experiências que vive fora da escola. Um segundo movimento seria o reconhecimento de que as crianças precisam aprender

na e a cidade, uma vez que não existe educação integral restrita ao espaço da escola e que a cidade pode ofertar experiências formativas de diferentes naturezas permitindo o contato e a leitura crítica sobre a realidade. Na concretização desta proposta um último desafio seria o de articular estes conhecimentos à expressiva produção de propostas pedagógicas do campo da Educação, as chamadas pedagogias da infância.

Essa concepção do trabalho educativo transcende uma pedagogia propedêutica, e se funda em uma pedagogia vivencial que inter-relaciona cognição, imaginação e múltiplas linguagens, e que contribui para que a escola seja um espaço de encontro de culturas intergeracionais e de construção de saberes pelas crianças por meio de múltiplas linguagens e, sobretudo, do brincar.

O brincar é uma forma peculiar de a criança, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, apropriar-se do mundo e produzir cultura. É a sua forma privilegiada de se expressar, de relacionar-se, descobrir, explorar, conhecer e construir significados para si e imaginar, o que nas palavras de Hanna Arendt é tomar posição no mundo. Assim, brincando, as crianças experimentam também competências para a vida coletiva, constroem suas subjetividades e constituindo-se como sujeitos. Brincar é, portanto, a principal atividade da criança e, além de ser a sua forma de aprender, é também sua inserção na história e na cultura.

Outro aspecto importante é reconhecermos que os bebês, as crianças de cinco ou as de dez anos demandam lógicas de acolhimento, interação e propostas educativas em sintonia com esses ciclos da vida e suas especificidades, mas também que precisamos criar lógicas de continuidade e de transição para não construirmos uma escola que possa, inadvertidamente, segmentar artificialmente a infância.

Por fim, materializar essas ideias é rompermos com as tradicionais ideias sobre as crianças que as definem pelo que não podem ou não são (imaturos, incultos, indisciplinados), e ampliarmos nossas concepções, passando a vê-las como sujeito de direitos, participantes e não apenas destinatárias da atividade educativa e da política educacional.

Sustentada por esses princípios, a experiência da Cidade Escola Aprendiz não só fomenta o debate das relações entre a escola e a cidade, mas também o do direito à cidade pelas crianças e ainda o do direito a uma educação e proteção social plenas. O trabalho do Aprendiz se soma a importantes experiências brasileiras, que em um momento de tão grande risco de retrocesso, resistem na compressão de que a escola deve ser um lugar em que as crianças, sujeitos de direitos, possam, conviver, brincar, participar, explorar, interpretar o mundo, expressar-se e conhecer-se com criatividade.

.....

Superar a imagem idealizada do “aluno” e caminhar na direção de uma escola que reconheça a criança como sendo sujeito emergem como desafios na construção das propostas de Educação Integral.

.....



LEVINDO DINIZ

Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Educação e Graduado em Pedagogia. Tem experiências como pesquisador e docente nos campos da educação e infância especialmente nos temas: Educação Integral; Educação Infantil; Infância e cultura; Cidadania na infância. É membro do grupo TEIA - Territórios Educação Integral e Cidadania e do NEPEI - Núcleo de Pesquisa sobre Infância e Educação Infantil ambos da Faculdade de Educação da UFMG.



**Você conhece a
criança fora da**

www.alunopresen

A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA

Temos hoje no Brasil um quadro complexo relativo à garantia do direito à educação básica. Por um lado, falamos em universalização do acesso ao Ensino Fundamental, considerando o avanço na oferta do serviço educacional ao longo das duas últimas décadas do século XX. A massificação do ensino garantiu que 97% das crianças e adolescentes entre seis e 14 anos (IBGE, 2010) pudessem acessar a escolarização no Brasil, sem, contudo, que isso significasse o alcance de índices de desempenho satisfatórios assim como a plena conclusão desta etapa da escolarização. Essa realidade confere ao contexto nacional atuais desafios múltiplos e sobrepostos no campo da garantia do direito a uma educação integral e de qualidade.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento da PNUD (2012), o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar, 24,3%, entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Da mesma forma, estudo do UNICEF sobre a exclusão escolar aponta que mais de **3,8 milhões de crianças** e adolescentes entre quatro e 17 anos de idade estão fora da escola no país. Além disso, é preciso considerar de maneira prioritária os cerca de 3% de crianças e adolescentes (de 6 a 14 anos) que permanecem sem o acesso à educação, contingente estimado em 966 mil crianças e adolescentes em todo o país, dos quais 24.455 estavam localizados apenas no município do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de enfrentar esta realidade, a Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, deu início em 2013 ao projeto Aluno Presente, integrando o programa internacional *Educate a Child*, realizado pela Fundação Education Above All, comprometida com a garantia do acesso à educação básica para cumprimento dos Objetivos do Milênio (ONU). No Brasil, o Aluno Presente foi o primeiro projeto de escala municipal a realizar uma ação coordenada de busca ativa das crianças fora da escola e do acompanhamento dos casos identificados para sua inserção na rede pública escolar. Em três anos, 23.735 crianças entre seis e 14 anos de idade foram identificadas, das quais 22.131 retornaram para a escola por intermédio do projeto.

A partir das informações obtidas pelo cadastramento para o atendimento das crianças e adolescentes fora da escola, foi possível consolidar um conhecimento introdutório sobre o fenômeno da evasão escolar. Não por acaso, a maioria das crianças identificadas fazia parte de famílias em situação de vulnerabilidade social: 62% detinha apenas uma pessoa com renda na residência, sendo esta entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (37%) e entre 1 e 2 salários (39%) e 13% declarou receber menos de $\frac{1}{2}$ salário. Por outro lado, a precarização das condições socioeconômicas também se verificou pelo perfil de ocupação e escolarização dos responsáveis que são majoritariamente as mães das crianças (85%): apenas 47% delas afirmaram estar trabalhando e 54,7% possuem o ensino fundamental incompleto.

Além disso, é importante chamar a atenção para o fato de que essas crianças e adolescentes possuem um frágil e impermanente acesso à escola. No momento de sua identificação, 58% estavam vinculados a alguma unidade escolar, porém com índices de infrequência acima de 25%, e 42% estavam sem vínculo algum. Destes últimos, 91% já havia frequentado a escola em algum momento anterior, o que revela um lado negligenciado da política educacional que não produz de forma satisfatória a retenção dessas crianças.

Quando indagados sobre os motivos para o não acesso, para a evasão ou para a infrequência, os responsáveis revelaram situações que variam desde dificuldades simples como a emissão de um documento, a mudança de endereço, a falta de transporte ou a oferta adequada de vaga, até outras bem mais complexas relacionadas à extrema pobreza, problemas de saúde, uso de drogas, violência doméstica ou a presença de conflitos armados, que somam constrangimentos variados à sua capacidade de acessar esse direito. Pode-se, contudo, organizá-los em duas grandes categorias: 1. Motivos relativos a fatores internos à organização escolar ou à política educacional e 2. Motivos derivados de fatores externos, sejam eles familiares, sociais, econômicos, ou todos eles misturados. Ainda é possível que estas duas categorias estejam diretamente relacionadas e produzam efeitos ainda mais perversos.

Fica claro, assim, que para a garantia do direito à educação, é necessário que se produza, a priori, as condições para a *educabilidade* de todas as crianças e adolescentes. Ou seja: “um conjunto de recursos, atitudes, ou predisposições que tornam possível que uma criança / adolescente possa assistir exitosamente à escola” e ainda “as condições sociais que tornam possível que todas as crianças / adolescentes tenham acesso a esses recursos para poderem receber uma educação de qualidade” (Lopez, 2005).

Isto significa dizer que os recursos necessários à equidade educacional também se localizam nas duas dimensões centrais do problema, tanto dentro quanto fora da escola. De um lado, a política educacional e o fazer pedagógico precisam se constituir a partir de uma compreensão maior sobre as características e demandas de seu público real, considerando os desafios relativos à sua relação com o “mundo do aluno”, sua família e território, redefinindo os termos de sua relação com as camadas sociais mais pobres, as “classes populares”, seu maior público.

Uma política permanente de inclusão social deve ser um passo irreversível na direção do desenvolvimento de uma sociedade democrática

Por outro lado, a garantia plena dos direitos sociais é um pré-requisito para a escolarização. Sem o acesso aos demais serviços públicos como a moradia, saúde, trabalho, transporte, segurança, lazer e cultura, assistência social, às liberdades civis e aos direitos políticos, os constrangimentos apenas se aprofundam.

Neste sentido, uma política permanente de inclusão social deve ser um passo irreversível na direção do desenvolvimento de uma sociedade democrática, de forma que ninguém fique para trás. Portanto, é necessário que todos os agentes sociais envolvidos nesta equação se percebam como responsáveis e possam atuar conjuntamente para a superação da exclusão escolar.



JULIA VENTURA

Socióloga, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Rio. Há 12 anos realiza projetos e pesquisas relacionadas à garantia dos direitos humanos no Brasil, em especial, o direito à educação como instrumento de afirmação da cidadania das crianças e jovens moradores das favelas e periferias da cidade. Atualmente, coordena o programa Aluno Presente. É autora de artigos que abordam os temas da segregação urbana e favelas, juventude e cidadania, educação pública e identidade cultural, violência e exclusão escolar.

ELIANA SOUSA SILVA

Graduada em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Educação e doutora em Serviço Social pela PUC Rio. Foi diretora da Divisão de Integração Universidade Comunidade (DIUC) da UFRJ. Participou, desde a juventude, de campanhas por direitos comunitários na Maré. Aos 22 anos, foi presidente da Associação de Moradores da favela Nova Holanda e em 1996 fundou a Redes de Desenvolvimento da Maré, uma das principais instituições locais que se tornou referência para ONGs baseadas em favelas.



O TRABALHO DE DEFENDER A INFÂNCIA

No Brasil, há 1,6 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2015. Entre as principais razões que os afastam da educação, destaca-se o trabalho infantil. Ainda de acordo com a Pnad, 2,672 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho – uma população como a de Fortaleza, quinta maior do país.

Destes, 2,2 milhões têm entre 14 e 17 anos, idade em que é permitido trabalhar de maneira protegida no Brasil. Como já há cerca de 400 mil adolescentes regularizados nesta faixa etária – aprendizes ou contratos via CLT¹ – a estimativa é de que mais 1,8 milhão seriam protegidos se a Lei do Aprendiz fosse integralmente cumprida.

Promulgada em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estruturou um programa de aprendizagem para adolescentes. Reformulada em 2000, a Lei do Aprendiz permite que jovens entre 14 e 24 anos (ou sem limite de idade para pessoa com deficiência) aprendam um ofício mediante nor-

mas que assegurem seu desenvolvimento, como comprovação de frequência escolar e garantia dos direitos trabalhistas. A lei beneficia sensivelmente adolescentes em situação de vulnerabilidade, como aqueles cumprindo medidas socioeducativas, promovendo a inclusão social.

Desde que recebeu status de lei, diversos dispositivos foram criados para aperfeiçoar os mecanismos de proteção dos adolescentes nas atividades laborais, mas ainda existem lacunas. Por vezes, a Lei do Aprendiz serve como um atalho legal para adolescentes em condição psicossocial privilegiada ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Ao antecipar etapas, deixam de vivenciar experiências de cultura e lazer imprescindíveis para seu desenvolvimento pleno.

Se a legislação já apresenta imperfeições, pior seria se deixasse de existir. O texto inicial da Reforma Trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2017, ameaçou a oferta de vagas de aprendizes, dando margem para as empresas excluírem atividades da base de cálculo para contratação. Houve grande pressão social para impedir a aprovação da medida, e o Aprendiz foi uma das organizações protagonistas da iniciativa, por meio de ações de advocacy do projeto Rede Peteca - Chega de Trabalho Infantil (chegadetrabalho infantil.org.br).

Fruto de uma parceria da organização com o Ministério Público do Trabalho do Ceará, a plataforma de comunicação composta por site e redes sociais foi criada para informar e mobilizar a sociedade pela erradicação do trabalho infantil e a favor do trabalho adolescente protegido. Desde seu lançamento, aproximou atores importantes dessas agendas, como a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

1 Fonte: Ministério do Trabalho

De acordo com o Sinan, no Brasil, 22.721 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos foram vítimas de acidentes graves de trabalho entre 2007 e 2016. Desses, 204 morreram.

A Rede Peteca nasceu em setembro de 2016, resultante da bagagem adquirida pelo Aprendiz ao elaborar, por quatro anos, conteúdo sobre a questão do trabalho infantil para o projeto Promenino, da Fundação Telefônica Vivo. Nessa mesma época, o Aprendiz firmou parceria com o MPT de São Paulo na elaboração do curso a distância *O Conselho Tutelar no Combate ao Trabalho Infantil*, condecorado pelo Prêmio CNMP 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A atuação da organização no enfrentamento ao trabalho infantil e na promoção do trabalho adolescente protegido, porém, data de sua fundação. Quando o Aprendiz abriu as portas, em 1997, havia quase sete milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, em situação de trabalho, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dois anos depois, foi lançado junto à Fundação Itaú Social o site Guia de Empregos (guiadeempregos.org.br), que até hoje divulga gratuitamente vagas para aprendizes, estagiários, trainees, pessoas com deficiência e profissionais do terceiro setor.

No ano 2000, a já referida alteração da Lei do Aprendiz exigiu que as grandes empresas tivessem entre 5% e 15% de aprendizes entre seus funcionários. À época, o acesso à informação sobre a lei era escasso. A demanda impulsionou o banco

norte-americano J.P. Morgan a lançar, com a Cidade Escola Aprendiz, o Conexão Aprendiz (conexaoaprendiz.org.br), portal que visava incentivar o cumprimento da legislação e apoiar a inserção de aprendizes no mercado.

Junto a outras entidades, o Aprendiz empreendeu uma iniciativa de advocacy para fortalecer a implementação da lei. Lançou-se então o Placar do Aprendiz, cujo intuito era somar, até 2010, 800 mil jovens no regime de aprendizagem. O resultado foi a realização da I Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional, na qual o então presidente Lula aderiu à meta do projeto.

A agenda da aprendizagem, porém, ainda não se consolidou. Muitas empresas estão longe de cumprir suas cotas para aprendizes, e permanece no senso comum a falsa ideia de que o trabalho na infância e adolescência, ainda que sem a proteção legal, é um caminho apropriado para o fim da pobreza.

O argumento é falho, pois não considera os riscos que a atividade laboral traz. De acordo com o Sinan², no Brasil, 22.721 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos foram vítimas de acidentes graves de trabalho entre 2007 e 2016. Desses, 204 morreram. Também se ignora o fato de que o trabalho, a falta de acesso e o desinteresse são os principais motivos para que 25,3%³ estudantes abandonem a escola. O desenvolvimento integral desses indivíduos fica, portanto, sob risco permanente neste cenário.

Não à toa, tais temáticas pulsam ao longo dos 20 anos de trabalho da organização que leva a causa da aprendizagem até em seu nome. Enquanto houver uma criança trabalhando ou um adolescente sendo explorado no Brasil, o trabalho da Cidade Escola Aprendiz deve continuar.

2 Sistema de Informação de Agravos e Notificação

3 Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 2012



ANA LUÍSA D'MASCHIO VIEIRA

Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero, é editora e gestora do Portal Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil. Uma das organizadoras do e-book “Salvar o ECA”, trabalhou por dois anos no Instituto Paulo Freire. Pós-graduada em Mídia e Cultura na América Latina pela Universidade de São Paulo, passou por grandes veículos da imprensa - entre eles a Revista CartaCapital, onde atuou por nove anos. Integra, atualmente, a comissão do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo, no eixo educomunicação e mídia.

ROBERTA TASSELLI

Graduada em Jornalismo pela PUC-SP, com pós-graduação em Marketing e Comunicação Social na Faculdade Cásper Líbero e o diploma de Higher Education Course em Development Studies, pela Birkbeck College, de Londres. Atuou em organizações do terceiro setor em outros países, como a BBC World Service Trust, em Londres, onde também coordenou a campanha Copa do Mundo de Criança em Situação de Rua, pela organização ABC Trust. Na Índia, foi voluntária na produtora de documentários EM²RC, na qual apoiou a produção de “The Staring Stones”. Atualmente é gestora da área de Comunicação para o Desenvolvimento da Associação Cidade Escola Aprendiz..



A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E A AFIRMAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL

“Para nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado”. (Hebert de Souza, Betinho)

É inegável que a grande participação social e política da sociedade brasileira na busca pela garantia de direitos nas décadas de setenta e oitenta tenha impulsionado o processo de redemocratização do Estado. Uma nova arena política e um amplo pacto nacional em torno da democracia culminaram na chamada “constituição cidadã” de 1988 e, no campo e na cidade, diversos setores e movimentos sociais se organizaram, reivindicando a garantia de direitos e políticas públicas para todas e todos.

Movimentos como o “Ética pela Política” e a “ECO 92” desencadearam grandes campanhas, como a “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza. Outras reivindicações alçaram o estatuto de lei, como

o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993).

No esteio desses movimentos, centenas de organizações da sociedade civil (OSC) foram criadas em todo o país. Em 1997, nascia uma delas, no bairro da Vila Madalena, em São Paulo: a Associação Cida-de Escola Aprendiz.

Numa época em que grande parte da população desconhecia o que era a internet, o Aprendiz cria o primeiro portal da cidade voltado para o debate sobre educação e cidadania, com uma redação composta por estudantes de escolas públicas e privadas de São Paulo. Nesse contexto, diante de um crescente processo de guetificação da cidade, passa também a problematizar o uso dos espaços públicos a partir de intervenções organizadas coletivamente.

Naquele momento, chama a atenção da organização o grande número de crianças e adolescentes de escolas públicas do bairro que, após participarem de usinas de intervenção comunitária, permanecem voluntariamente em suas dependências. No contato direto com elas, o Aprendiz passa a compreender quão desarticulados são os serviços e equipamentos que as atendem e o grande impacto dessa fragmentação sobre o seu desenvolvimento. Também chama a atenção inúmeras oportunidades educativas, linguagens e conhecimentos disponíveis no território não acessados por esses estudantes nem considerados pela escola. Torna-se evidente que o direito ao desenvolvimento pleno e a uma educação de qualidade não eram garantidos àqueles meninos e meninas.

De maneira experimental e arrojada, a organização passa a desenvolver, então, um intenso trabalho em rede, buscando conectar famílias, escolas e comunidade, a fim de garantir condições para o desenvolvimento integral desses estudantes. Toma o bairro como grande campo investigativo, e no

trabalho com as crianças e adolescentes, trilhas educativas passam a dar sentido à produção de conhecimento, fazendo com que seus percursos formativos sejam mais autônomos e prazerosos. Tem início o Bairro-escola, ancorado em uma concepção de Educação Integral: um processo amplo e contínuo, extensivo a todos os espaços e relações humanas e voltado para a multiplicidade de dimensões formativas dos sujeitos.

Anos depois, quando o UNICEF reconhece o Bairro-escola como um modelo de educação a ser replicado mundialmente, o Aprendiz passa a ser convocado a contribuir com a formulação de políticas públicas em várias cidades do Brasil e toma para si a responsabilidade de sistematizar suas experiências.

Em 2007, participa ativamente da elaboração do Programa Mais Educação, do governo federal, que chega a 60 mil escolas de todo o país, induzindo a extensão da jornada escolar em uma perspectiva de integração das escolas com o território e de ampliação dos espaços e agentes educativos.

Desde então, o Aprendiz tem apoiado inúmeras experiências e políticas públicas orientadas por uma perspectiva integral da educação, dando visibilidade a agendas que ainda não foram garantidas como direito no Brasil. Dentre essas, destaca-se a realização de um projeto intersetorial inédito com início em 2013¹ que resultou na inclusão de 22.131 crianças e adolescentes que estavam fora da escola na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. A metodologia implementada em grande escala, encontra-se sistematizada e disponível para gestores públicos de outros municípios.

A história do Aprendiz mostra que ao longo dos últimos 20 anos, a sociedade civil organizada avançou juntamente com a história do país. O controle social, monitoramento e a incidência contínua sobre agendas fundamentais para a garantia de

direitos, revelam organizações capazes não só de pressionar o Estado, mas também de interagir e levar propostas adiante, de forma que as políticas públicas avancem e consolidem direitos.

Do ponto de vista da gestão interna, o desenvolvimento de modelos organizacionais mais transparentes e horizontais, bem como mecanismos de controle, prestação de contas e abertura de informações aprimorados permitiram que se tornassem organizações mais sólidas e com alta capacidade técnica.

Ora, se por um lado, é incontestável o avanço dessas organizações e as conquistas sociais das últimas décadas, por outro, um cenário de retrocesso e violação de direitos humanos em todo o país tem se propagado: o crescente extermínio de jovens negros nas periferias, a ameaça aos preceitos do ECA, a possível volta do crescimento dos índices de trabalho infantil² e o corte de investimentos³ em áreas como a saúde, assistência e educação demonstram a gravidade do momento atual.

Mais do que nunca, é preciso fortalecer a participação ativa da sociedade civil na luta pela ampliação e consolidação de direitos conquistados. A história mostra que não há democracia, nem superação de desigualdades sociais, sem um diálogo amplo e plural entre os diversos grupos e setores que compõem a sociedade. Só assim será possível construir uma agenda de interesse público que responda efetivamente aos inúmeros desafios enfrentados no país.

2 A próxima PNAD com atualização dos índices do trabalho infantil será lançada em meados de setembro 2017.

3 A proposta de emenda à constituição 55/2016, aprovada em 13 de dezembro de 2016, limitou o aumento dos gastos públicos nos próximos vinte anos afetando diretamente os setores da educação e saúde. Em agosto de 2017, o Programa Bolsa Família sofreu seu maior corte (543.000 famílias) ameaçando a garantia da permanência das crianças e adolescentes na escola e favorecendo o crescimento do trabalho infantil.

1 Projeto Aluno Presente. www.alunopresente.org.br



AGDA SARDENBERG

Psicóloga formada e licenciada pela USP- SP, é articuladora institucional da Associação Cidade Escola Aprendiz, já tendo coordenado a área de programas da organização. Especialista em psicologia escolar, atua há mais de quinze anos na área da educação. Coordenou a implantação de projetos de assessoria a secretarias de Educação em Recife, São Paulo e Sorocaba, na perspectiva da Educação Integral e do Bairro-escola. Foi responsável pela sistematização das tecnologias sociais: “Trilhas Educativas” e “Avaliação Continua da Aprendizagem”, reconhecidas pelo MEC como “potenciais para a promoção da qualidade da educação e consolidação do direito de aprender na perspectiva da Educação Integral e da articulação da escola com seu território”.

MARIA PAULA PATRONE REGULES

Coordenadora Executiva Institucional da Cidade Escola Aprendiz. Formada em Ciências Sociais na Universidade São Paulo e em Licenciatura pela Faculdade de Educação USP. Em 2005, foi gestora pública e coordenou a Incubadora Pública de Empreendimentos Populares (IPEPS) no Município de Osasco. Atuou no terceiro setor em projetos em parceria com a gestão pública para a modelagem e implementação de políticas sociais e de economia solidária na cidade de São Paulo (2001-2004). Em 1998, foi uma das fundadoras da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da USP e coordenadora geral do programa (2001).



EDUCAÇÃO INTEGRAL E CIDADES EDUCADORAS: PERSPECTIVAS PARA UM BRASIL JUSTO

Para tratarmos das perspectivas que se colocam para o país, é necessário compreender que o principal desafio hoje no Brasil se encontra na afirmação de duas dimensões intrinsecamente conectadas: a democracia e a agenda de direitos humanos.

Essa encruzilhada não é exatamente nova no país. Vivemos ciclos muito parecidos desde sempre. Períodos democráticos e de avanços no campo dos direitos foram sucessivamente negligenciados das mais diferentes maneiras pelas forças conservadoras, em diferentes momentos da nossa história.

No entanto, com a Constituição Cidadã de 1988, após um longo período de ditadura militar marcado por uma repressão inclemente, parecia que um novo pacto nacional havia se firmado finalmente em torno da aspiração por um Estado democrático no qual as garantias constitucionais afirmavam o direito à educação, à saúde e a tantos outros direitos como inegociáveis. Deste movimento, nasceram marcos fundamentais como o Estatuto da Criança e do Adolescente que possibilitou que tantas iniciativas e políticas pudessem garantir melhores condições de vida a esta parcela sensível da população.

De lá para cá, logramos muitos avanços. A sociedade civil organizada e os movimentos sociais se

fortaleceram e incidiram de forma definitiva em debates e políticas fundamentais a justiça social e a equidade como o direito ao desenvolvimento integral, o reconhecimento e o protagonismo de nossas juventudes, questões relacionadas a identidade de gênero, orientação sexual, questões étnico-raciais, migração, entre tantas outras que denunciam nossas desigualdades estruturais.

Não obstante nosso nível de desigualdade econômica seguir escandalosamente alto, milhões de pessoas saíram da miséria e o país estruturou políticas fundamentais em diversas áreas. Em particular na educação, ampliamos a oferta chegando a cerca de 200 mil escolas públicas com mais de 2 milhões de professores atuando. Garantimos que 97% de nossas crianças e adolescentes estivessem na escola. Mais recentemente, tornou-se obrigatório o direito à educação de todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos, impulsionando um novo esforço fundamental na garantia do desenvolvimento integral das novas gerações.

Construímos de forma participativa um Plano Nacional de Educação, o PNE 2014-2024, abrangente e consistente, com objetivos e metas claros. Garantimos cotas nas universidades enfrentando de maneira afirmativa o racismo estrutural que marca todas as dimensões da vida em sociedade no Brasil, inclusive no acesso ao ensino superior. Construímos de forma participativa uma agenda para a juventude brasileira afirmada no Plano Nacional da Juventude. Reduzimos os índices de trabalho infantil, entre tantos outros avanços.

Parecia, então, que a fase da constituição das políticas de primeira geração já era consenso, ao menos na Educação, e que seguiríamos a uma fase mais complexa e também essencial de debate sobre qualidade. Não seria mais necessário, portanto, discutir a pertinência do direito.

Eis que sofremos um novo revés. Forças ultraliberais e conservadoras fazem estrago no país. Entre outros ataques, assistimos a cortes orçamentários

que tornam insustentáveis as políticas sociais inviabilizando, portanto, qualquer possibilidade de se constituir um país para todos e todas.

É assim que, surpreendentemente para quem viveu os últimos quase 30 anos de intensos debates, avanços, iniciativas e formulação de políticas e práticas afirmativas concretas, se coloca como perspectiva o que desde sempre se colocou como urgente no país: é preciso lutar com firmeza pela ideia de que os direitos fundamentais são inegociáveis. A sociedade civil organizada brasileira que teve um papel tão fundamental nas conquistas das últimas décadas, tem hoje seu papel reforçado.

Em especial na Educação, o que não nos faltam são marcos legais avançados, reconhecidos mundialmente. Mas é preciso traduzi-los em políticas públicas concretas, adequadamente financiadas, formuladas em diálogo com a sociedade, construídas com os educadores brasileiros, com os agentes públicos, com os estudantes e suas famílias. Pacto social, coletivo, permanente.

No Rio de Janeiro, o projeto Aluno Presente foi capaz de identificar e inserir nas escolas públicas municipais mais de 22 mil crianças e adolescentes porque se constituiu como pacto intersetorial envolvendo diferentes secretarias de governo, centenas de organizações sociais, agindo território a território a partir das demandas e necessidades de cada criança, de cada família e dos desafios e potencialidades de cada um dos 161 bairros da cidade.

Se a educação integral segue firme e envolve incontáveis redes, escolas e educadores em práticas cada vez mais profícuas é porque foi historicamente construída por brasileiros de peso como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire e resgatada na década de 90 de forma participativa, intersetorial e a partir dos territórios, colocando no centro o estudante e suas relações. Sua força, portanto, está no profundo sentido que seus princípios e práticas têm para educadores, estudantes, gestores públi-

cos, especialistas e ativistas comprometidos com uma educação crítica e emancipadora.

É assim que no Brasil, o passado, o presente e o futuro se misturam, o tempo todo.

Nesse sentido, para que os avanços se consolidem de fato há que se compreender nossas fissuras históricas e reconhecer que não podemos hesitar nem por um minuto em relação a centralidade da tríade direitos humanos, democracia e participação.

A Educação brasileira pode e deve ser orientada por um projeto de país que observe e garanta que estes princípios sejam colocados em prática. Em particular, a garantia da execução do PNE deve inequivocamente nortear as políticas públicas da área.

A sociedade civil organizada e movimentos sociais devem ser reconhecidos e fortalecidos em função do papel fundamental que desempenham na garantia da perenidade destas agendas. Governos vem e vão. A sociedade permanece. E seu engajamento nos rumos do país define a possibilidade de uma democracia real acontecer.

Por fim, os territórios reais, concretos, onde a vida acontece, precisam ser o eixo de nossa ação política. O espaço público compreendido na radicalidade do termo “público” deve se converter no epicentro da articulação de nossas redes, tão fundamentais para a sustentação dos pactos coletivos necessários a uma vida em sociedade orientada pelo bem comum. Para isso as cidades devem se converter em lócus de convivência, lugares onde a diversidade e a participação sejam valores compartilhados.

É por acreditar nesses pressupostos que agendas como Educação Integral e Cidades Educadoras se convertem em pautas tão fundamentais para nós. Através delas, seguimos convictos no propósito de contribuir para fazer do Brasil um país de todos e todas. Sem exceção.



NATACHA COSTA

Diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz desde 2006, tem experiência nos campos da educação, direitos humanos e articulação de redes com ênfase nas temáticas ligadas a Educação Integral e Cidades Educadoras. Atuou como educadora e gestora de projetos sociais em organizações e escolas públicas. Em 2012 e 2013, participou como júri do prêmio WISE de Inovação em Educação. Atualmente, é membro da Comissão Editorial de Educação Integral em Tempo Integral pela Fundação Joaquim Nabuco/MEC e do Grupo de Trabalho sobre Inovação e Criatividade na Educação Básica. Integra também a Comunidade Ativadora do Programa Escolas Transformadoras (Ashoka/Instituto Alana) e do Programa Líderes Transformadores da Educação da Fundação SM.

CLEUZA REPULHO

Professora e mestra em Educação pela Universidade Mackenzie, foi secretária de Educação de Santo André, diretora do Departamento de Políticas Educacionais do Ministério da Educação, secretária de Educação de São Bernardo do Campo, presidenta Nacional da UNDIME, consultora da UNESCO, conselheira da CAPES – Comitê da Educação Básica e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito a Educação. Atualmente, é conselheira da Lego Educação Brasil, do Instituto Natura, da Nova Escola, da Comunidade Educativa – CEDAC e do Instituto Rodrigo Mendes, e consultora sênior da Fundação Lemann, do Instituto Natura e da Associação Cidade Escola Aprendiz.

DEPOIMENTOS
E IMAGENS



“Há dez anos, ainda aos 16, entrei no Aprendiz sem ter a ideia de que lá seria a **minha grande escola**. Foi naquele espaço de compartilhamento e trocas que descobri o caminho que eu queria traçar na minha vida. Fiz parte da primeira turma do Repórter Aprendiz e da Agência Comunitária de Notícias e foi neste momento que eu almejei ingressar numa universidade e estudar comunicação. Essa decisão foi motivada pelos colegas e equipe do Aprendiz, sempre carinhosa e muito próxima aos jovens. Foi ali que eu também fiz os meus grandes e melhores amigos que carrego no peito comigo até hoje.”

Jessica Gonçalves, repórter aprendiz

“Trabalhar no Aprendiz foi uma universidade, pois aprendemos com liberdade, criatividade e responsabilidade. O que eu acho essencial para uma carreira, mesmo que seja em uma área muito específica como a minha administrativa e financeira, é **ser realmente participante de algo** e não apenas um gerente ou coadjuvante. Isto foi sempre muito especial no Aprendiz, porque me deu a oportunidade de experimentar coisas novas, de realmente se reinventar, de tentar coisas que talvez sejam arriscadas ou não te permitam viver em outros lugares. Participar e construir sempre foi um dos objetivos da minha área.”

Lili Sandberg, gerente administrativa financeira



“Foi fundamental participar da Cidade Escola Aprendiz em plena descoberta da juventude e início da vida adulta, período em que criei grandes amizades que ajudaram a lapidar minha vida pessoal e profissional. Me sinto nostálgico, e percebo, olhando para o passado, a **notável importância dessa vivência** com colegas e educadores na formação do homem que sou hoje.”

Dimas Volpato, Aprendiz de 2005 a 2009

.....



“O Aprendiz representou **uma segunda casa**. Um lugar de aprendizagem e conquista. Sou grata por ter a oportunidade de passar parte da minha vida neste lugar.”

Greicy Karla, aprendiz

.....

“Uma das memórias mais fortes do ensino médio, é a despedida de um dos projetos do Aprendiz, que **revolucionou a comunicação** (e a forma de educar) na escola em que estudei. Era a Julia, nossa educadora, chorando ao ver nossos resultados: jornal mural, fanzine, blog, rádio. O projeto foi uma das experiências mais importantes da minha vida, porque foi ali que me coloquei no lugar do outro, da comunidade, e entendi o que significava ponto de vista e empatia.”

Wesley Mesquita dos Santos, aprendiz

.....

"A Escola na Praça foi o lugar que me formou como profissional, onde aprendi muito sobre as pessoas, suas limitações e potências. Lugar onde fui acolhida e pude acolher outras tantas pessoas que por lá passaram. Ainda hoje para mim é um lugar especial, de afeto, amizade, crescimento... E sei que cada vez que nos encontramos, quem trabalhou junto na Escola na Praça ou quem compartilhou conosco esse tempo-espço, **reconhece a mesma marca no olhar do outro.**"

Alice Jimenez, educadora

.....

"O trabalho na Escola na Praça e da Escola da Rua me ensinou que a **rua é nossa**, que o sentido do espaço público é o de estar junto, de conviver: jovens, crianças, adultos, velhos, a escola, o crime, a empresa, pobres e ricos."

Ariane Pit Leal, educadora

.....



"Oi Aprendiz, convivi com vocês durante esses 20 anos. Foram momentos extremamente intensos que me lembro com muito orgulho de ter participado. Momentos grandiosos, motivadores, de um **aprender fazendo** e, no final, discutíamos, avaliávamos e aprendíamos ainda mais. Encontrar o "pessoal" do Aprendiz é sempre prazeroso, são amigos e amigas com os mesmos sonhos de educação, cada um no seu caminho, mas sempre lembrando do aprendizado que tivemos como grupo"

Zelito Sampaio, formador

.....



“Experiência visceral e **intensa de aprendizado** sobre cidadania, respeito, comunidade e tolerância. Foi maravilhoso e inesquecível.”

Cintia Rodrigues Salva, educadora

.....

“Como educadora do Aprendiz convivi por alguns [tantos] anos com uma diversidade enorme de pessoas, com suas histórias de vida únicas. O grande aprendizado foi a **escuta sem preconceito e julgamento**. Também precisei aprender a falar com empresários, a pular na cama elástica, a controlar os parâmetros de queima de um forno cerâmico, a cuidar de uma lesma... só para citar alguns exemplos; mas, principalmente, aprendi a me relacionar com crianças, jovens e adultos na Escola na Praça e na Escola da Rua - um espaço educativo de possibilidades infinitas. Um Bairro Escola! Uma Cidade Escola! São Paulo! Ocupamos a cidade com arte e trilhamos seus caminhos em galerias, museus, cinemas, teatros, ateliês, praças e becos. Todos os lugares eram lugares de respeitosa aprendizagem e convívio.”

Ana Araujo, educadora

.....

“Todo o aprendizado e convivência com os educadores, por meio das oficinas, atividades e eventos durante o período que frequentei a Escola na Praça, contribuíram com a minha formação pessoal e como cidadã. Adquiri uma visão ampla do mundo e das pessoas, aprendi muito, inclusive a **valorizar e respeitar as diferentes culturas**, os diferentes espaços, e hoje percebo que essa experiência foi essencial na minha vida, e uma oportunidade única.”

Glaucia de Paula Faria, aprendiz

.....



“Meu primeiro contato com o Aprendiz foi em 2001, como estagiária da Escola da Rua. Eu tinha 21 anos e era aluna do 4o ano de Psicologia na Puc, supervisionada pela professora Cristina Vicentim. Ao longo de dois anos o trabalho ganhou força, junto com o conceito de bairro-escola e, assim, decidiu-se montar a Escola na Praça, uma casa aberta para a praça Belmiro Braga, onde aconteciam atividades de arte e comunicação para as crianças frequentarem no contraturno da escola formal. Foi uma experiência muito preciosa que tenho prazer de lembrar hoje, passados 16 anos. Dela levo comigo a esperança de que o trabalho pode ser **mais criação do que repetição.**”

Silvia Galesso, educadora

“Aprendi muito no Trilhas Urbanas. Pensar no futuro, fazer planos para atingir metas. Traçar metas. Foi bom! E depois de 20 anos eu consegui algumas, como me formar... na minha família poucas pessoas conseguiram isso. Foi um privilégio participar desse projeto e hoje sou o que sou, pois tive essa oportunidade e **nunca mais quis parar de aprender.**”

Natalia Girassol, aprendiz

“Aprendi no aprendiz que minha capacidade de comunicação e atrevimento chamava - se articulação. Aprendi que isso me dava o **poder de agregar, conhecer e transformar** juntos. Não só com meus colegas de trabalho mas com toda a comunidade. Gratidão a todo o conhecimento adquirido através de histórias que compõem um território.”

Roberta Oliveira, articuladora comunitária

“Tive a oportunidade de acompanhar o grupo de profissionais da Escola na Praça e do Trilhas Urbanas. Essa experiência me ensinou a **delicadeza que a arte permite**, uma delicadeza firme e encantadora. Um encanto que toca o corpo, as emoções e os pensamentos de todos que se envolvem com a ação. Os profissionais exerciam suas competências com brilho nos olhos, dedicação e certo orgulho de construírem uma prática educacional experimental e encharcada de criação.”

Maju Azevedo, educadora

“Saí do Aprendiz com a certeza de ser uma profissional que enxerga o outro e suas vivências com um olhar diferenciado. Devo isso a essa instituição, que prioriza a **integração da escola com o território** em suas múltiplas dimensões de conhecimentos, sejam elas: físicas, intelectual e social, visando a participação de todos e todas na construção de uma cidade educadora e integrada. Agradeço a oportunidade de poder agregar conhecimentos através das vivências de um território em suas múltiplas singularidades numa instituição engajada e encorajadora.”

Tatiana Salvador, articuladora comunitária



“O contato com pessoas de várias regiões de São Paulo e com os educadores do projeto Trilhas Urbanas me trouxe **relações significativas** pra minha vida. Ganhei conhecimento, oportunidades de continuar estudando música, referência de coletivo e grandes amigos.”

Murilo Viana, aprendiz

“Fiquei bons anos fazendo atividades na Escola da Rua, era minha segunda casa. Foi importante para a minha ampliação cultural. Hoje levo comigo uma grande **bagagem de conhecimento** que adquiri e meus grandes amigos que ganhei de presente do Aprendiz.”

Kika Ribeiro, aprendiz

